



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

EMILLY DE MELO LANDIM

ANÁLISE SOCIOCRÍTICA DE MELGAÇO, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ (2010-2022)

**PALMAS, TO
2025**

Emilly de Melo Landim

ANÁLISE SOCIOCRÍTICA DE MELGAÇO, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ (2010-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade *Campus Palmas*, do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do título de Tecnólogo(a) em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Martins dos Santos Batista

**Palmas- TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

L257a Landim, Emilly de Melo

ANÁLISE SOCIOCRÍTICA DE MELGAÇO, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ (2010-2022) /
Emilly de Melo Landim. – Palmas, TO, 2025.
57 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas,
TO, 2025.

Orientador: Dr. Ruy Martins Dos Santos Batista

1. Analfabetismo, Educação. 2. Exclusão Social. 3. Gestão Pública, Políticas Públicas. I.
Santos Batista, Ruy Martins Dos. II. Título.

CDD 35

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Emilly de Melo Landim

ANÁLISE SOCIOCRÍTICA DE MELGAÇO, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ (2010-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Graduação do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia - Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ruy Martins dos Santos Batista
Presidente/Orientador
IFTO- Campus Palmas

Profa. Ma. Gislene Magali da Silva
IFTO- Campus Palmas

Prof. Me. Lucas André da Luz Silva Dias
IFTO- Campus Palmas

Dedico este trabalho a todos que passaram ou passam pela escuridão, pela incerteza, mas que ainda lutam por algo. E sobre tudo a mim mesma, por lutar incansavelmente e não desistir de caminhar mesmo quando a escuridão me assolou.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, minha profunda gratidão a Deus e a todas as divindades existentes por me concederem a força, a resiliência e a determinação necessárias para a concretização deste trabalho e para o encerramento deste ciclo. Este foi um período árduo, e ainda hoje é um mistério compreender como um ser humano cheio de incertezas pôde chegar ao final deste curso.

Aos meus familiares, meu sincero agradecimento pela paciência e por manterem a fé inabalável em mim. Por não cederem a opiniões de terceiros e por acreditarem que eu poderia me realizar. O incentivo de vocês à educação, ao conhecimento e à pesquisa foi o alicerce fundamental. Em especial, à minha avó Arnesilia Viana e à minha mãe, Dinélia Viana. Saibam que as amo mais que tudo na vida! Eu jamais saberia vencer se vocês não vencessem comigo!

Ao Professor Ruy, meu orientador, dedico um agradecimento especial. Professor, concebi este trabalho como um "salvador", uma possível via de mudança para um município atemorizado pelas mazelas da vida e pelas questões não abordadas pela mídia. Juntos traçamos uma história diferente e espero que a pesquisa e o ensino persistam para que trabalhos com esse impacto social e professores como o senhor continuem a existir. Obrigada por não duvidar da minha capacidade.

Aos membros da banca examinadora, professores Lucas André, Wildes e a professora Magali, minha gratidão por aceitarem o convite para fazer parte deste trabalho. O início desta pesquisa foi um misto de sentimentos, mas após a qualificação, tive a clareza de que era possível prosseguir. Agradeço imensamente pelas contribuições que enriqueceram o debate sobre políticas públicas e a história de tantos estudantes.

Aos amigos e colegas, eu não teria concluído este ciclo sem o apoio, o carinho e o cuidado de vocês. Meu psicólogo me ensinou que ao encontrar as pessoas corretas, eu estaria segura. No último ano, fui extremamente segura e minhas alegrias superaram em muito as tristezas.

Gostaria de citar, nominalmente, aqueles que ativamente viveram esta pesquisa comigo: Adriely Stainella, Alex Torres, Alice Mota, Andressa Mourão, Elias Vieira, Ellen Cardoso, Emanuely da Silva, Ingridy Pereira, Lucas Melo, Leo Carneiro, Rafael Lima, Ricardo Nunes, Samira Pinheiro, e Uilly Caroline. Essas pessoas me impulsionaram a ser o meu melhor, tanto como pessoa como escritora e, principalmente, como gestora pública. Em especial, cito os amigos de sala de aula, Rafael, Ingridy, e Ellen, que foram os melhores companheiros nos dias de medo e ansiedade. A presença e o apoio de vocês bastavam. Eu os amo fielmente e estarei sempre aqui. Por fim, gostaria de agradecer a mim. A Emilly de alguns anos atrás achava que nunca teria um final feliz, e hoje posso compreender que, apesar das noites em claro e dos dias sem dormir, deu certo. Vencemos. Venci. Obrigada.

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

Primeiro levaram os negros
Bertolt Brecht (1898-1956)

RESUMO

O presente trabalho analisa a crise educacional do município de Melgaço, Pará, na Ilha do Marajó, no período de 2010 a 2022. O objetivo central é investigar a evolução do analfabetismo no município de Melgaço, localizado na ilha do Marajó, Pará, considerando os impactos da crise educacional e das políticas públicas implementadas entre os anos de 2010 e 2022. A pesquisa fundamenta-se em dados documentais do IBGE, relatórios oficiais, legislações nacionais e referencial teórico de autores como Paulo Freire, Bourdieu, Saviani, Josué de Castro, Maquiavel e Anísio Teixeira. O estudo demonstra que Melgaço, detentor de um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, apresenta expressivos índices de evasão escolar, infraestrutura deficiente, ausência de planejamento estratégico e fragilidades na gestão pública, caracterizando a coexistência entre vulnerabilidade social e ineficiência administrativa. A análise aponta que a crise educacional ultrapassa a dimensão conjuntural, aproximando-se de um projeto estrutural de exclusão historicamente reproduzido. Esse quadro é agravado pela precariedade no transporte escolar, violência, falta de transparência e alta rotatividade docente. Conclui-se que a superação do iletrismo é dependente da atuação efetiva do Estado, do cumprimento integral da legislação e da implementação de políticas públicas estruturadas, contínuas e socialmente comprometidas.

Palavras-chave: Educação. Gestão Pública. Analfabetismo. Exclusão Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the educational crisis in the municipality of Melgaço, Pará, located on Marajó Island, between 2010 and 2022. The main objective is to understand the factors that structure illiteracy and the reasons why implemented public policies have failed to mitigate this scenario. The research is based on documentary data from IBGE, official reports, national legislation, and theoretical analysis from authors such as Paulo Freire, Bourdieu, Saviani, Josué de Castro, Machiavelli, and Anísio Teixeira. The study demonstrates that Melgaço, which holds one of the lowest Human Development Indexes (HDI) in Brazil, exhibits significant rates of school dropout, deficient infrastructure, lack of strategic planning, and fragilities in public management, evidencing the coexistence of social vulnerability and administrative inefficiency. The analysis indicates that the educational crisis transcends the conjunctural dimension, closely resembling a structural project of exclusion historically reproduced. This situation is aggravated by precarious school transportation, violence, lack of transparency, and high teacher turnover. It is concluded that overcoming illiteracy depends on the effective action of the State, the full compliance with legislation, and the implementation of structured, continuous, and socially committed public policies.

Keywords: Education. Public Management. Illiteracy. Social Exclusion. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Índice de Desenvolvimento Humano municipal	14
Figura 2 – Solicitação via Esci- Lista de pedidos- Solic 1.....	15
Figura 3 – Solicitação via Esci- Lista de pedidos- Solic 2.....	16
Figura 4 – Processo nº 045001.2020.1.000- TCMPA	17
Figura 5 – Composição do IDEB	20
Figura 6 – Evolução Melgaço-IDEB.....	21
Figura 7 – Escola em Melgaço	30
Figura 8 – Famílias aguardando trans. em Melgaço.....	31
Figura 9 – Portal da Transparência	33
Figura 10 – Portal da Transparência, Prestação de contas gov.....	34
Figura 11 – Planejamento Estratégico.....	36
Figura 12 – Evolução IDEB.....	44
Figura 13 – Alunos em escola Melgaço.....	46

LISTA DE SIGLAS

IFTO	—	Instituto Federal do Tocantins
IDEB	—	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDO	—	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	—	Lei Orçamentária Anual
PPA	—	Plano Plurianual
IBGE	—	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	—	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
TCM-PA	—	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
LDBEN	—	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/1996)
FUNDEB	—	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PERCUSO HISTORIOGRÁFICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL.....	13
2.1 Percurso Historiográfico.....	13
2.2 Percurso Político	15
2.3 Percurso Educacional	18
2.4 Permanência das Crianças em Sala de Aula.....	21
2.5 As Políticas Educacionais do Município.	24
2.6 Analfabetismos ou Letramento?	26
2.7 Crise Educacional ou Projeto de Exclusão?	28
2.8 Análise SWOT	37
2.8.1 Forças (Strengths).....	37
2.8.2 Fraquezas (Weaknesses)	37
2.8.3 Oportunidades (Opportunities).....	38
2.8.4 Ameaças (Threats)	39
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
3.1 Procedimentos e Fonte de Dados	40
3.2 Análise de Dados e Limitações	42
4 ANALISE E RESULTADOS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Melgaço, um município marcado por uma rica história cultural, originou-se a partir dos povos indígenas Neengaiba, Mamainá e Chapouna, que estabeleceram a aldeia Guarycuru em 1659. Com a chegada dos jesuítas em 1759, a aldeia foi transformada na Vila de São Miguel de Melgaço e, posteriormente, em 1962, alcançou sua emancipação política como município. Apesar de sua relevância histórica, não conseguiu desenvolver-se economicamente como esperado, enfrentando desafios estruturais que impactam diretamente sua realidade educacional.

Nesse sentido, torna-se um município muito influente durante os anos de ascensão da exploração da borracha, mas falha em seu desenvolvimento por motivos externos, como por exemplo a localização e os meios de transporte, durante os anos 2000 a 2010. Durante os anos de 2010 a 2022, resistiu à vulnerabilidade socioeconômica, culminando em atrasos salariais dos professores, suspensão de aulas, contratos e indicações políticas, evidenciando uma crise educacional durante a gestão.

O município apresenta uma crise educacional caracterizada por um sistema de ensino com falhas estruturais e baixa qualidade, o que intensificam os índices de analfabetismo. Crianças e adultos enfrentam dificuldades no letramento, o que compromete os dados estatísticos e a aprendizagem básica. Localizado na Ilha do Marajó, Melgaço possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, com um valor de 0,418, conforme o Censo de 2022.

Essa realidade afeta diretamente a educação local, visto que cerca de 14,6% das crianças entre 6 e 14 anos estão fora da escola. Esses dados revelam uma crise educacional profunda, que demanda ações urgentes e estruturadas por parte da gestão pública.

Nesse sentido, a pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais fatores determinam a estrutura do analfabetismo em Melgaço e como as políticas públicas implementadas entre 2010 e 2022 falharam em mitigar a crise educacional evidenciada pelos indicadores de analfabetismo?

Este trabalho tem como objetivo investigar a evolução do analfabetismo no município de Melgaço, localizado na Ilha do Marajó, Pará, considerando os impactos da crise educacional e das políticas públicas implementadas entre os anos de 2010

e 2022. A pesquisa busca fornecer subsídios teóricos e práticos para a compreensão dos desafios educacionais enfrentados pelo município, contribuindo para o debate sobre a formulação de políticas públicas que promovam a equidade e a acessibilidade educacional.

A justificativa deste trabalho reside fundamentalmente no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população do município estudado, o que evidencia uma acentuada situação de vulnerabilidade social. Dada a magnitude do impacto social dessa temática, esta pesquisa propõe suscitar o debate sobre a realidade da Ilha do Marajó, visando ampliar o conhecimento da sociedade acerca dessa região. A análise proposta permite verificar o grau de comprometimento das esferas públicas no que tange ao atendimento das necessidades da população local em um Estado democrático.

O recorte temporal e a base de dados desta pesquisa são justificados pela restrição do acesso a informações detalhadas sobre o município. Embora a região faça parte de um importante arquipélago brasileiro, com notável fluxo cultural e turístico, os dados disponíveis são frequentemente complexos, mínimos ou de acesso limitado. Dessa forma, optou-se pela utilização dos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como principal fonte de informação para a análise.

Esse cenário demanda uma atuação mais eficaz da gestão pública na execução de estratégias que garantam dignidade e qualidade de vida à população. A educação, enquanto direito constitucional garantido pela Lei nº 9.394/1996 (LDB), deve ser priorizada pelas políticas públicas, conforme estabelecido no artigo 2º da LDB, o qual destaca o desenvolvimento integral do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional.

Diante desse contexto, este trabalho analisa a evolução do analfabetismo no município de Melgaço, localizado na ilha do Marajó, Pará, considerando os impactos da crise educacional e das políticas públicas implementadas entre os anos de 2010 e 2022.

A pesquisa está organizada em seis seções. Além desta introdução, a seção 2 apresenta o percurso historiográfico, político e educacional; seguido pela seção 3, que discute a metodologia. A seção 4 concentra-se na análise e discussão dos resultados, e finalmente, as considerações finais e o resultado da análise são apresentadas na seção 5.

2 PERCUSO HISTORIOGRÁFICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL

Esta seção estabelece as bases conceituais para a compreensão integral do município de Melgaço, apresentando uma análise multifacetada que se estrutura em três eixos contextuais primordiais. Primeiramente, é abordado o Contexto Histórico, delineando os fatores que moldaram sua formação socioeconômica e cultural. Em seguida, é detalhado o Cenário Político-Administrativo, com ênfase na estrutura de poder local e na observância ou não dos Princípios da Administração Pública. Por fim, examina-se o Cenário Educacional, cujo indicadores refletem o investimento social e a capacidade de desenvolvimento humano da municipalidade. A interligação estratégica dessas esferas, História, Política e Educação visa fornecer um entendimento sistêmico do município, permitindo que a discussão subsequente sobre a transparência e a gestão pública se desenvolva com clareza e coerência.

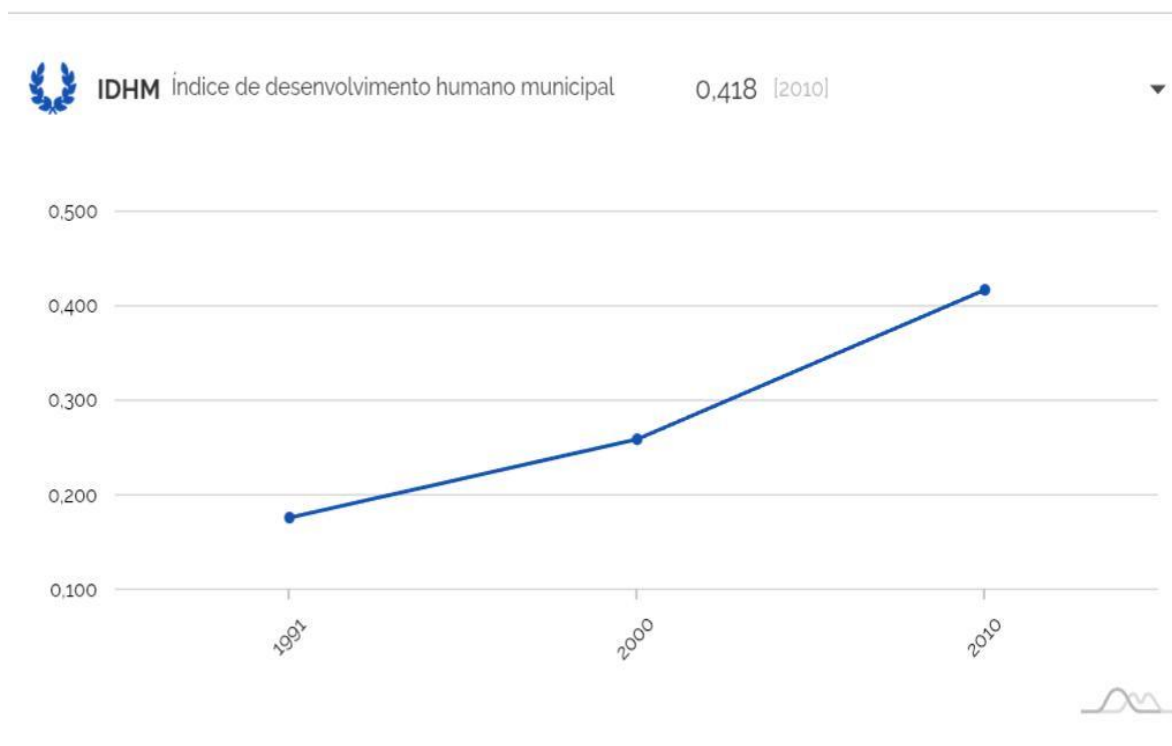
2.1 Percurso Historiográfico

A história de Melgaço começa com as nações indígenas Nheengaíba, Mamainá e Chapouna, que habitavam a região. Em 1659, a aldeia de Guarycuru foi estabelecida.

Durante o período colonial, Melgaço aliou-se aos municípios de Breves e Portel, mas com a chegada da República, tornou-se uma intendência municipal. Entre os anos de 1870 e 1920, o município se destacou na produção de borracha, embora essa riqueza não tenha se traduzido em desenvolvimento sustentável.

A emancipação política ocorreu em 1962, quando o município se tornou oficialmente autônomo. Apesar de ser uma região marcada por rica diversidade cultural, a maior parte da população enfrenta uma significativa vulnerabilidade social, refletida em seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é de 0,418 em 2010¹.

¹ Segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Melgaço possuía, no ano de 2022, uma população de 27.881 habitantes. Desses, a taxa de analfabetismo na população, com 15 anos ou mais, atingia um índice de 19,88%.

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- Melgaço

Fonte: IBGE. Acessado em 5 de nov. 2025

A análise da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Melgaço revela um cenário histórico de baixo desenvolvimento. É notório que apesar de um passado historicamente relevante e de uma forte base cultural, como o período da exploração da borracha, é perceptível que o índice de desenvolvimento humano não acompanhou o potencial da região.

A inclusão dos dados históricos de 1991 e 2000 é essencial para contextualizar a trajetória de desenvolvimento e demonstrar a lentidão do progresso social antes do período de análise principal (2010–2022). O índice de 1991, que era de apenas 0,177, já indicava uma situação de extrema vulnerabilidade, sendo significativamente inferior ao registrado no Censo Demográfico de 2010.

Essa progressão, entre 1991 e 2010, representa um aumento de 60,77% na evolução do índice. Embora essa ascensão seja interpretada como positiva, ela é insuficiente para que os interesses e as necessidades básicas da população sejam plenamente atendidos. Essa progressão, embora positiva, ainda coloca o município em uma situação de vulnerabilidade que impacta diretamente a qualidade de vida de seus habitantes.

2.2 Percurso Político

É possível afirmar que Melgaço é um município que pertence politicamente a uma única família? Poderíamos, nesse contexto, caracterizar isso como uma dinastia? Trata-se de um questionamento pertinente, especialmente em cidades como Melgaço, onde mudanças políticas poderiam ser diferentes, caso o governo estivesse em outras mãos.

Como já mencionado neste trabalho, o acesso às informações sobre o município é extremamente difícil. Atualmente, aguarda-se a resposta da prefeitura a uma solicitação realizada por meio do Portal da Transparência.

Figura 2: Solicitação via Esic- Lista de Pedidos- Solic 1

Informações da solicitação

Protocolo nº: 202510200034

Solicitante: EMILLY DE MELO LANDIM

Órgão competente: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Forma de recebimento da informação: Pelo sistema

Resumo da solicitação: Solicitação de porcentagens da evolução educacional nos últimos 10 anos

Detalhamento da solicitação: Prezados(as), Meu nome é Emily de Melo Landim, sou aluna do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e estou desenvolvendo uma pesquisa acadêmica relacionada à área da educação. Venho, por meio deste, solicitar as porcentagens referentes à evolução educacional nos últimos 10 anos, especialmente no que se refere a indicadores como taxas de analfabetismo, matrícula escolar e conclusão do ensino básico e médio. Informo que realizei buscas no Portal da Transparência, porém não encontrei as informações necessárias de forma detalhada ou atualizada. Peço, se possível, que os dados sejam encaminhados em formato digital (planilha ou relatório) ou que seja indicada a base pública onde essas informações possam ser acessadas. Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente, Emily de Melo Landim Aluna do Instituto Federal do Tocantins - IFTO
emilly.landim@estudante.ifto.edu.br

Data	Ação	Observação	Visualizar
20/10/2025 às 19:59:37	MANIFESTAÇÃO REGISTRADA		

Fonte: Portal da transparência- Prefeitura Melgaço. Acessado em 16 de nov 2025

Entretanto, a família Viegas é amplamente conhecida e tem permanecido no poder, alternando-se entre a prefeitura e a câmara legislativa. A gestão de Melgaço tem sido dominada por um poder familiar há mais de uma década. Esta família comanda o município há 12 anos, em um período marcado por grande desigualdade e pela percepção de que a administração pública não responde às necessidades da população.

Figura 3: Solicitação via Esic- Lista de Pedidos- Solic 2

Protocolo nº: 202510200035

Solicitante: EMILLY DE MELO LANDIM

Órgão competente:

Forma de recebimento da informação: Pelo sistema

Resumo da solicitação: Solicitação de lista de prefeitos do município nos últimos 25 anos.

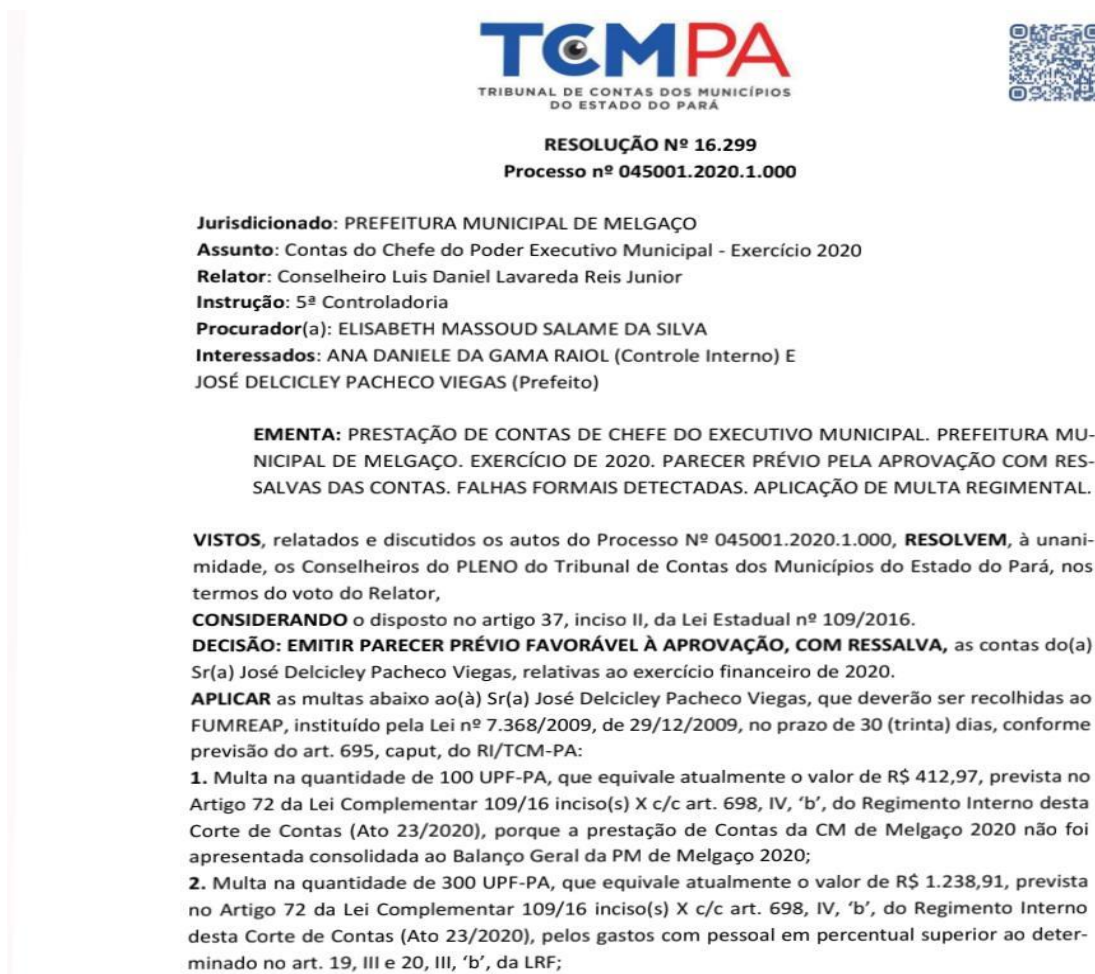
Detalhamento da solicitação: Prezados(as), Meu nome é Emilly de Melo Landim, sou aluna do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e estou realizando uma pesquisa acadêmica sobre a gestão pública municipal. Venho, por meio deste, solicitar a lista com os nomes dos prefeitos que administraram o município nos últimos 25 anos, incluindo os respectivos períodos de mandato. Informo que consultei o Portal da Transparência, porém, na seção Galeria de Prefeitos , constam apenas informações referentes à última eleição, não sendo possível acessar os registros anteriores. Solicito, se possível, que as informações sejam encaminhadas em formato digital (PDF ou planilha), ou que seja indicado o canal público onde esses dados possam ser consultados integralmente. Agradeço pela atenção e colaboração. Atenciosamente, Emilly de Melo Landim Aluna do Instituto Federal do Tocantins IFTO E-mail: Emilly.landim@estudante.ifto.edu.br

Data	Ação	Observação	Visualizar
20/10/2025 às 20:05:43	MANIFESTAÇÃO REGISTRADA		

Fonte: Portal da transparência- Prefeitura Melgaço. Acessado em 16 de nov 2025.

O prefeito Tica Viegas, que esteve à frente da cidade por dois mandatos, teve sua gestão (com término em 2024) marcada por problemas significativos, dentre eles destacam-se as Investigações do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA).

Figura 4: Processo nº 045002202010000- Tribunal de contas dos municípios do estado do Pará.



Fonte: Portal da Transparência Melgaço- acessado em 15 de nov. 2025

O processo, que versa sobre as contas municipais de 2020, resultou na aplicação de multa ao município pelo Tribunal de Contas devido a uma série de irregularidades e impropriedades como a não arrecadação integral das receitas da Dívida Ativa no exercício financeiro de 2020, o que constitui descumprimento dos Artigos 11 a 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Impropriedades no empenho da remuneração dos agentes políticos; e ainda o não atendimento às notificações do Tribunal de Contas (394/2020, 410/2020, 148/2020, 322/2020 e 354/2020).

Além das falhas formais apontadas pelo órgão de controle, a gestão de 2020 também foi marcada por problemas de impacto direto na população, incluindo o atraso nos salários dos servidores municipais, a redução dos dias letivos nas escolas rurais e graves problemas no transporte público.

O atual gestor municipal, José Delcicley Pacheco Viegas (José Viegas), foi eleito com um total de 8.855 votos. Embora o acesso a informações detalhadas sobre as gestões anteriores seja limitado, observa-se que a dinâmica política local é continuamente influenciada por um arranjo familiar que perdura no tempo. Este histórico de poder familiar pode ser um fator relevante para a compreensão do baixo desenvolvimento e da dificuldade de romper o ciclo de irregularidades administrativas.

2.3 Percurso Educacional

Para compreender uma crise, é fundamental entender, primeiramente, o papel da gestão em atuação, pois é nesse momento que o planejamento ocorre. No caso de Melgaço, torna-se imprescindível analisar a atuação da gestão pública e o contexto social no qual a população está inserida. A situação de miséria, fome e outros fatores decorrentes de uma possível má administração, evidencia a necessidade de compreender os fundamentos da estrutura social.

A esse respeito, Maquiavel, em *O Príncipe*, afirma: “A primeira conjectura que se faz da inteligência de um senhor resulta da observação dos homens que o cercam” (Maquiavel, 1532, p. 135). Essa perspectiva ressalta a importância de o governante estar próximo da realidade do povo. Para o autor, compreender os problemas sociais exige envolvimento direto com aqueles que os vivenciam. Assim, um gestor ausente ou indiferente tende a comprometer a eficácia da administração pública, por não conhecer de perto as reais necessidades da população.

Sendo assim, ao considerar que a gestão só obtém resultados quando volta seu olhar para o povo, observa-se que os ensinamentos culturais que permanecem tornam seus habitantes “professores” de uma sociedade que aprende coletivamente. Essa ideia se alinha ao que Paulo Freire apresenta em *Pedagogia do Oprimido* (1981, p. 39), quando afirma: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Trata-se de uma visão que dialoga com a diversidade, sobretudo cultural, de Melgaço — região marcada por saberes locais e ancestrais.

A educação, neste espaço, manifesta-se, inicialmente, como um processo coletivo, sustentado pela importância da troca e do desenvolvimento social conjunto. Freire enfatiza que os métodos de ensino devem acompanhar a liberdade e

fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade. No entanto, embora haja intensa partilha entre os indivíduos, é preciso reconhecer que a liberdade, no seu sentido essencial de independência legítima do indivíduo, requer direção. É necessário compreender que, como destacou Anísio Teixeira, no discurso proferido na Assembleia Constituinte da Bahia, em 1947, “saber e virtude não chegam conosco no berço”.

A liberdade não é ausência de restrições, mas autodireção; disciplina compreendida e consentida. A igualdade não é fácil nivelamento, mas oportunidade igual de conquistar o poder, o saber e o mérito. [...] Saber e virtude não chegam conosco no berço, mas são aquisições lentas e penosas, por processos voluntários e organizados (Teixeira, 1947, p. 90).

A partir das palavras de Teixeira, percebe-se a complexidade do processo educacional do indivíduo, especialmente em cidades como Melgaço. Apesar da riqueza sociocultural, que favorece práticas educativas, o acesso à educação formal, embora garantido por lei, revela atrasos significativos. Há, portanto, um contraste entre o potencial coletivo de aprendizagem e as barreiras estruturais, que há décadas, impedem a concretização plena desse direito básico.

Anísio Teixeira defendeu a promoção da democracia como pilar e um ensino de qualidade, ressaltando que tal conquista exige investimento contínuo e o esforço conjunto de toda a sociedade. A formação básica de cada cidadão depende, quase exclusivamente, de uma gestão comprometida e de políticas públicas eficazes, de modo a garantir uma comunidade ativa e participativa.

Melgaço enfrenta sérios desafios educacionais, agravados por sua geografia: o transporte escolar é exclusivamente fluvial, o que dificulta o acesso regular às escolas. No documentário produzido pela BBC News, em 2024, a população denunciou interrupções frequentes das aulas, situação que fere o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), segundo a qual devem ser assegurados, no mínimo, 200 dias letivos anuais.

Outro exemplo que ilustra as limitações da gestão municipal é a atuação constante de organizações não governamentais (ONGs), como a Igreja Assembleia de Deus, que assumem responsabilidades de suporte social e educacional, além da construção de infraestrutura básica — casas e pontes — atribuições que são de competência governamental. Essas práticas colidem com o princípio da legalidade,

previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Esse cenário reflete, de forma recorrente, a ineficiência da gestão e o clamor por políticas públicas que sejam, efetivamente, mais efetivas e condizentes com as necessidades locais.

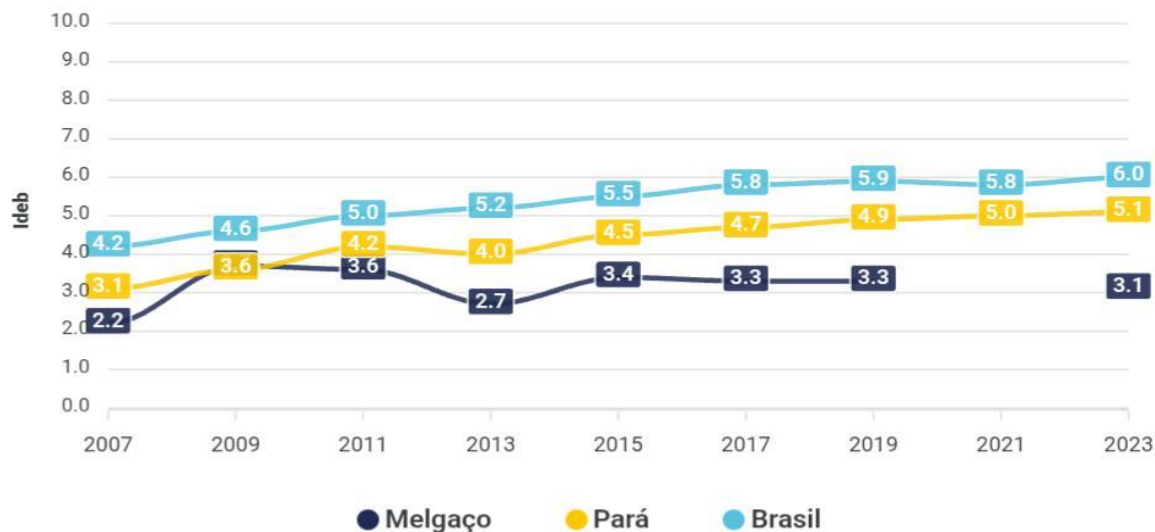
Figura 5 - Composição do IDEB



Fonte: QEdu. Acessado em 2 mai. 2025

Os dados apresentados evidenciam um grave déficit educacional, com grande parte dos estudantes abaixo da média esperada. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estabelece como meta a nota 6 para o ensino básico, valor compatível com o de países desenvolvidos. A diferença entre os resultados obtidos e a meta estipulada revela falhas no processo educativo, suscitando reflexões sobre a baixa produtividade escolar e seu impacto no desempenho dos estudantes.

Entre 2010 e 2022, o município de Melgaço não atingiu a média estipulada pelo IDEB. Diante desse cenário, é necessário compreender os fatores que resultam em uma taxa de aprovação tão baixa. Localizado na Ilha do Marajó, este município enfrenta sérias dificuldades de acesso à educação, agravadas por aspectos socioeconômicos que contribuem para a evasão escolar. Com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, apresenta um contexto de vulnerabilidade que afasta os estudantes das salas de aula.

Figura 6 - Evolução Melgaço- IDEB**Evolução do Ideb**

Fonte: Ideb 2023, INEP.

Fonte: QEdu. Acessado em 15 nov. 2025

A análise da Figura 6 permite constatar que o índice obtido se encontra em um patamar muito aquém das médias atingidas pelo estado e pelo país. Este resultado configura um cenário de extrema preocupação e gera um senso de urgência para o aprimoramento da educação. É fundamental, portanto, investigar de forma abrangente e detalhada, os elementos que culminam nesse baixo índice.

2.4 Permanência das Crianças em Sala de Aula

Nesse contexto, surge uma questão inquietante: onde estão as crianças durante o horário escolar? A Ilha do Marajó é marcada por intensa desigualdade social e, em Melgaço, essa realidade se mostra ainda mais crítica. A violência, a negligência familiar e situações extremas, como abuso e exploração sexual, afetam diretamente a permanência das crianças na escola. Essa condição social adversa priva, muitas delas, do direito básico à educação e contribui para a elevada evasão escolar no município.

De acordo com o Relatório Técnico de Melgaço–Pará, foram identificados 17 pontos críticos relacionados à realidade social local. Entre os mais preocupantes destacam-se o alto índice de violência doméstica, casos de abuso, negligência parental em relação à educação dos filhos e a elevada evasão escolar (Relatório Técnico de Melgaço, p. 60). É importante lembrar que a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante, em seu artigo 1º, a proteção integral à criança e ao adolescente.

O artigo 4º do ECA complementa esse entendimento ao dispor que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Essa previsão legal evidencia que a responsabilidade pela proteção da infância é coletiva e que sua negligência contribui diretamente para o afastamento das crianças da escola, realidade observada em Melgaço.

Considerando que muitas crianças estão expostas a diferentes formas de violência, protegê-las deve ser um compromisso compartilhado entre Estado, família e sociedade. Entretanto, essa exposição é um dos principais fatores que contribuem para o afastamento escolar, pois, em contextos de extrema vulnerabilidade, a luta pela sobrevivência frequentemente se sobrepõe ao direito à educação.

Dito isso, Marianna Brennand, documentarista, escreve para a Revista Piauí (2024) sobre um filme que retrata a violência vivenciada na Ilha do Marajó.

Soube pela primeira vez do que se passava na Ilha do Marajó em 2013. Eu estava em São Paulo, lançando o documentário que dirigi sobre meu tio-avô, o artista plástico Francisco Brennand. Em um encontro com a Fafá de Belém, ela me contou dos casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes que vivem às margens do Rio Tajapuru. Meu primeiro ímpeto como documentarista, ao ouvir esse relato, foi querer fazer um filme de denúncia. Ao me aprofundar no assunto, porém, percebi que seria impossível filmar um documentário. Eu jamais poderia colocar diante das câmeras mulheres e crianças que haviam sofrido traumas tão profundos. Pedir a elas que recontassem os abusos seria expô-las a mais uma violência. Percebi, além disso, que a ficção me daria a oportunidade de abordar o assunto com mais profundidade. Meu desejo era fazer um filme contundente, capaz de gerar empatia no espectador e, se possível, alguma transformação. (Brennand, 2024, s.p)

O filme *Manas* (2024), apresenta um retrato sensível e impactante da violência vivenciada por muitas crianças, especialmente meninas, dentro do próprio lar. O sofrimento, o medo e o assédio são elementos que causam desconforto e provocam reflexão sobre o que realmente poderia ser feito para proteger essas vítimas. Marianna Brennand entrega ao público uma obra delicada e, ao mesmo tempo, contundente, que narra a história de uma jovem assediada pelo próprio pai e que, ao longo da trama, enxerga na “balsa” uma possível saída para a vida de dor e opressão que enfrenta.

Na narrativa, Tielle, uma menina de apenas 13 anos, conhece precocemente o terror da vida, mas ainda assim tenta continuar estudando e sonha em deixar o município o quanto antes. Embora o filme não revele explicitamente onde a história se passa, há indícios em algumas cenas, nas quais o município de Melgaço é citado pela chegada dos livros escolares. Em uma das passagens mais simbólicas, as páginas sobre reprodução sexual aparecem coladas, representando a ausência de um ensino voltado à educação sexual. Essa ausência, destacada de forma sutil, mas incisiva, revela uma falha real das políticas educacionais, pois a educação sexual nas escolas poderia contribuir significativamente para a prevenção e o combate à violação da infância.

Nesse cenário alarmante de exclusão educacional, cabe refletir sobre a análise de Josué de Castro, na obra *Geografia da Fome* (1946, p. 46), ao afirmar:

Enquanto alguns apregoam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites [...], eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas [...] deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos.

A reflexão de Josué de Castro evidencia que a transformação social não pode ser superficial ou momentânea. É necessário valorizar a educação popular como instrumento de inclusão e mudança. Em Melgaço, a realidade escancara o abandono: o município apresenta condições precárias que comprometem o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola. Muitas delas têm seus direitos violados e vivem sob o impacto constante da violência. Isso revela a ausência de políticas públicas eficazes que garantam não apenas a presença física nas salas de aula, mas a construção de cidadania plena. Portanto, mais que buscar melhores

índices no IDEB, é dever do Estado assegurar, por meio da educação, a inclusão social da população marginalizada.

2.5 As Políticas Educacionais do Município.

O Relatório Técnico de Melgaço também traz um dado preocupante: relatos indicam que o Secretário de Educação não reside no município, fato que resulta na perda de oportunidades de investimento na área (Relatório Técnico de Melgaço, 2022 p. 60). Essa ausência reforça a lição de Maquiavel em O Príncipe, citada no início deste trabalho, segundo a qual o sucesso de um governante pode ser avaliado pela observação dos homens que o cercam. A falta de presença física do secretário evidencia desconexão com a realidade local, prejudicando o planejamento e a execução de políticas públicas.

A análise do relatório mostra que o município apresenta mais pontos de atenção do que destaques positivos, indicando que ainda há muito a ser planejado para se alcançar melhorias. Nesse sentido, Saviani (2011, p. 6) afirma: “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

O autor salienta que o trabalho da educação vai além de sua execução: formar cidadãos críticos requer a presença do indivíduo em espaços culturais, científicos e formativos. Contudo, cabe questionar: a gestão de Melgaço proporciona, de fato, o melhor da educação para seus habitantes?

Segundo o Relatório Técnico de Melgaço (2022, p. 28), a ausência do secretário inviabiliza o bom planejamento, pois ele mantém apenas uma visão panorâmica e não interna, dos problemas. Esse é o primeiro indício de falha na gestão pública local.

O documento também aponta: “Na sede, não há fornecimento de material escolar. Na zona rural, há fornecimento, mas o material é de péssima qualidade e não dura nem uma semana. Parte do custeio dos insumos utilizados em sala de aula advém dos salários dos professores”. Trata-se de dois problemas graves: a falta de recursos e a transferência indevida de responsabilidades do Estado para os docentes. Um professor não deve utilizar seu salário para custear insumos, logo, essa cobrança deveria partir do secretário de Educação, o que se torna inviável quando ele sequer está presente no município.

Nessa linha, Pierre Bourdieu (1992, p. 218) observa:

Instrumento privilegiado da sociodicéia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos, quanto, em matéria de cultura, a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse.

Em consonância com o exposto, a escola deve valorizar o esforço individual e reconhecer as desigualdades estruturais. Em Melgaço, porém, a dependência de ações externas amplia as disparidades e dificulta o acesso a uma educação de qualidade para todos.

Diante disso, a perspectiva de Pierre Bourdieu, que concebe a escola como um instrumento privilegiado de reprodução das estruturas sociais. Bourdieu (1982) argumenta que o sistema educacional tende a justificar a falta de neutralidade ao promover um discurso meritocrático que ignora as desigualdades de ponto de partida, afirmando que “ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos...”

Essa premissa teórica é visivelmente aplicada à realidade de Melgaço: as crianças que se encontram em condição de vulnerabilidade social iniciam sua trajetória educacional em profunda desvantagem. A escola, o meio que deveria ser o agente de mobilidade, sofre para manter a atratividade e a capacidade de retenção de seus estudantes. A falta de garantia dos direitos básicos, reflexo do abandono administrativo, perpetua um ciclo de desvantagem que, metaforicamente, pode ser descrito como uma corrida sem linha de chegada definida, consolidando a reprodução das desigualdades em vez de sua superação.

A moradora Maria Benedita, mãe de 14 filhos, relata que as ausências dos barqueiros são frequentes, embora nem sempre sejam eles os responsáveis pela perda de aulas. Muitas vezes, segundo ela e outros entrevistados, as próprias escolas suspendem as atividades sem justificativas plausíveis. Em setembro, por exemplo, não houve aulas antes do feriado da Independência, pois, segundo a prefeitura informou à BBC, as escolas estavam se preparando para um desfile no dia 7. De acordo com a ribeirinha, há meses com apenas cerca de dez dias letivos. Além disso, Benedita afirma que muitas crianças abandonam os estudos ao concluir o

Ensino Fundamental, pois não há oferta de Ensino Médio nas proximidades (BBC News, 2024).

A administração municipal também apresenta dificuldades para captar recursos. O transporte escolar é exclusivamente fluvial, o que significa que os estudantes que moram em áreas afastadas precisam se deslocar de barco até a escola mais próxima.²

Como já citado, esse transporte nem sempre está disponível e não é de fácil acesso para todos. O documentário sobre Melgaço compara a realidade local à de³ São Caetano do Sul (SP), onde o transporte público é gratuito e acessível para todos diferenças geográficas e administrativas que evidenciam desigualdades gritantes.

Historicamente, Melgaço não conseguiu se desenvolver positivamente no ciclo da borracha, apesar de ter sido um dos municípios mais influentes da região. Atualmente, uma das principais fontes de renda é o açaí, fruto típico da Amazônia. A área de floresta do município é maior que o Distrito Federal e concentra extensos açais, dos quais muitos ribeirinhos obtêm seu sustento. O ribeirinho Carlos Cabral de Almeida, de 45 anos, relata que, no período de colheita, consegue ganhar cerca de R\$ 1.000 por dia, trabalhando das 7h ao meio-dia (BBC News, 2024).

2.6 Analfabetismos ou Letramento?

O desenvolvimento da Língua Portuguesa e a evolução das práticas sociais impõem um questionamento contínuo sobre a terminologia mais adequada para classificar indivíduos que não dominam a leitura e a escrita. Convencionalmente, o analfabetismo é definido, segundo a acepção dicionarizada, como a condição da pessoa que é incapaz de ler ou escrever. Contudo, a simples compreensão etimológica do termo remete a um estado ou condição fixa, sugerindo que os indivíduos inseridos neste contexto não possuiriam a capacidade de alterar sua situação, o que configura uma visão limitada do fenômeno.

Nesse sentido, o debate é ampliado com a perspectiva apresentada por Magda Soares (1998) em sua obra *Letramento: Um Tema em Três Gêneros*. A autora estabelece uma distinção conceitual rigorosa entre analfabetismo e

² Os dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que Melgaço registrava cerca de 1,4 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos em situação de trabalho, sendo 569 entre 10 e 13 anos e 46 ocupados em atividades domésticas.

letramento, demonstrando que embora ambos sejam termos frequentemente utilizados no senso comum, eles possuem implicações teóricas e pedagógicas significativamente distintas.

O debate sobre essas terminologias é pertinente e significativo para a área, pois a definição de analfabeto limita-se, ao debate sobre letramento ou iletramento, o que direciona-se para a complexidade do uso social da leitura e da escrita, fundamentando-se na capacidade de interpretação do indivíduo. Sob essa ótica, um indivíduo pode, de fato, ser considerado alfabetizado (detentor das técnicas de codificação), mas ainda apresentar dificuldades de compreensão e aplicação em contextos sociais e práticos, caracterizando-se como iletrado.

As técnicas de terminologias, ainda apresenta a mera alfabetização o que não garante a autonomia crítica. Conforme postula Magda Soares (2009, p. 114):

Por um lado, os índices de letramento podem ser utilizados para avaliar e interpretar mudanças nos níveis de letramento/analfabetismo através dos tempos, com base nos dados de uma série cronológica de levantamentos. A possibilidade de tais comparações históricas é fundamental, não apenas para a pesquisa histórica, mas também para estudar e compreender o letramento no presente e avaliar sua difusão ao longo do tempo.

Diante do arcabouço teórico e social explanado, o contexto educacional de Melgaço revela-se não apenas como uma falha sistêmica, mas como uma deficiência persistente na capacidade de converter o saber básico em funcionalidade. Essa situação gera uma incerteza crítica sobre a qualidade da educação ofertada, levantando dúvidas sobre se a totalidade da população está, de fato, alfabetizada e letrada, e se possui uma interpretação favorável dos contextos sociais e políticos.

não apenas como uma falha sistêmica, mas como uma deficiência persiso Técnico de Melgaço (2022, p. 28), que cita o Censo Demográfico de 2010, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 10 anos ou mais atingia 36% no município. Esse valor é significativamente discrepante quando comparado às médias do Brasil (9%) e do Pará (11%) no mesmo período. A alta proporção de não alfabetizados resulta, por conseguinte, em um baixo grau de instrução geral. O Censo de 2010 indica que 90% dos moradores com 25 anos ou mais não possuíam instrução formal ou tinham apenas o Ensino Fundamental incompleto. As demais faixas de escolaridade eram residuais: 3% com Ensino Fundamental completo ou Médio incompleto; 5% com

Ensino Médio completo ou Superior incompleto; e apenas 2% com Ensino Superior completo.

Utilizando a perspectiva de Magda Soares sobre os termos, percebe-se que, apesar dos valores de analfabetismo já serem alarmantes, a estatística não contabiliza os índices de iletramento ou analfabetismo funcional. Desse modo, a dificuldade de interpretação e uso social da escrita e da leitura sugere que a população sofre com a carência do ensino básico. Na realidade, essa falta é maior do que os números oficiais indicam, aprofundando a complexidade da intervenção governamental, todavia, a inação não pode ser justificada pela simples atribuição da responsabilidade ao indivíduo. A este respeito, o discurso de Anísio Teixeira (1947) é elucidativo ao afirmar que: saber e virtude não chegam conosco de berço, mas são aquisições lentas e penosas, por processos voluntários e organizados (Teixeira, 1947, p. 90).

Essa premissa teórica desmistifica a crença na força de vontade inata como motor único do aprendizado e do desenvolvimento cívico. O conhecimento, portanto, não é congênito. Aplicando essa visão à realidade de Melgaço, a crise de letramento e o baixo grau de instrução não resultam da falta de esforço individual, mas sim da ausência ou ineficácia dos "processos voluntários e organizados" que deveriam ser garantidos pela gestão pública.

Diante da discrepância entre a necessidade social e a resposta administrativa, intensifica-se a suspeita de que o município enfrenta mais do que uma crise operacional; configura-se um possível projeto de exclusão sistemática, no qual a desorganização educacional e a falta de transparência mantêm a população em um estado de vulnerabilidade permanente.

2.7 Crise Educacional ou Projeto de Exclusão?

Ricardo de Oliveira (2012), no livro *Gestão pública, democracia e eficiência*, diz o seguinte:

Para os governantes, responsáveis pela formulação e pela implementação de políticas públicas a qualidade da gestão pode assumir transtornos dramáticos, sobretudo porque são eles que tem contas a +restar a população sobre suas promessas eleitorais. (Oliveira, *Gestão pública: democracia e eficiência*. Rio de Janeiro: FGV, 2012).

É sabido que a gestão pública enfrenta desafios constantes. No entanto, o autor Ricardo sugere que a qualidade administrativa pode levar a “transtornos dramáticos”, especialmente quando a transparência exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal é negligenciada. Em Melgaço, no período de 2010 a 2022, essa falha no controle de danos tornou-se evidente, atingindo um ponto crítico com o atraso no salário dos professores.

A partir desse cenário, o que distingue uma crise de um projeto de exclusão? E de que forma a gestão municipal de Melgaço assumiu as consequências da implementação de suas políticas públicas? O educador Darcy Ribeiro defendia que a crise na educação brasileira não era um acidente, mas um projeto. Essa visão alinha-se à perspectiva de Ricardo, que ressalta a necessidade de os gestores cumprirem as propostas de investimento prometidas em suas campanhas.

A falta de investimento aliada à baixa qualidade do ensino pode ser vista não como um erro, mas como uma escolha intencional do governo em falhar com a população, impedindo o desenvolvimento do município. A omissão em áreas-chave compromete diretamente a ascensão social e econômica da comunidade.

Segundo o dicionário, crise é um "episódio desgastante, complicado; situação de tensão, disputa, conflito". Melgaço, de fato, vivencia todas essas características. No entanto, essa crise não parece ser acidental ou passageira. A vulnerabilidade social do município é um problema de longa data, evidente desde os anos 2000, conforme demonstrado por seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A persistência desses desafios sugere que as falhas na gestão podem ser parte de um problema estrutural mais profundo.

Silva e Muzetti (2017, p. 239) afirmam que:

Se antes o problema de acesso à escola tinha o caráter excludente no sujeito de direito (o estudante), agora o governo havia criado um critério excludente no objeto de direito (a escola): a escola privada para os filhos das elites, custeada com verba pública, e a “escola dos outros”, pública, sem recursos suficientes para prover ensino de qualidade aos estudantes. Nesse ponto chegamos ao que Darcy Ribeiro disse em 1977: o que o país chamava de crise na Educação foi, na verdade, um projeto legalmente planejado, com o intuito de alienar a escola pública e seus discentes da participação na riqueza nacional.

Diante do exposto, considerando a negligência da gestão e a insensibilidade governamental em relação à população. Essa situação sugere que a problemática enfrentada não se configura como uma crise temporária, dado o caráter indeterminado de sua solução. Observa-se ainda um projeto na localidade de Melgaço cuja estrutura tem impactado negativamente o desenvolvimento individual dos cidadãos, culminando em atrasos em seus respectivos progressos.

Figura 7 - Escola Em Melgaço



Fonte: Felix Lima; BBC NEWS. Escola em Melgaço. Acessado em 23 de set. 2025.

A imagem ilustra o cenário de uma das instituições de ensino situada no município de Melgaço. Embora a estrutura escolar demonstre um estado de conservação recente e apresente pintura adequada é possível ver que o ambiente frontal é marcado pelo acúmulo de madeiras e resíduos sólidos. Tal negligência, em um município notório pelo intenso fluxo fluvial, gera riscos à saúde e à segurança dos estudantes. A ausência de limpeza e organização diárias nesses espaços propicia a proliferação de vetores de doenças, como os mosquitos transmissores da dengue, além de favorecer a presença de animais peçonhentos, comprometendo o bem-estar da comunidade escolar.

Figura 8 – Famílias aguardando Transporte em Melgaço



Fonte: Famílias aguardam transporte em Melgaço: longínquas escalas para a cidadania (Tarso Sarraf / O Liberal)

O argumento de Anísio Teixeira, citado neste trabalho, enfatiza a necessidade premente de um elevado investimento financeiro no setor educacional como premissa para o desenvolvimento. Diante desse ideal, questiona-se a efetividade das ações municipais. O investimento realizado na educação local é, de fato, claro, óbvio e suficiente para atender a essa exigência? Acerca do exposto, Silva e Muzetti (2017, p. 239) afirmam que:

Em 1984, dando continuidade aos seus estudos, Ribeiro publicou o livro *Nossa escola é uma calamidade* (1984), no qual menciona como a escola tornou-se um mecanismo de exclusão social, marginalizando especialmente as minorias sociais, que são presentes em maior número na população, e privilegiando uma ínfima quantidade de pessoas que detêm o poder econômico e político – do qual não abrem mão para compartilhar.

O cerne da calamidade identificada por Ribeiro (1984) reside na manutenção de um sistema que parece operar intencionalmente para privilegiar uma "ínfima quantidade de pessoas" que já detêm o poder econômico e político. Essa elite, consciente ou inconscientemente, utiliza a estrutura escolar para garantir a

reprodução de seu status assegurando que a qualidade da educação e, conseqüentemente, o acesso a posições de destaque permaneçam restritos. A escola, ao não conseguir oferecer um ensino de qualidade e equitativo para a maioria, torna-se cúmplice na perpetuação desse ciclo vicioso, no qual a marginalização social e a pobreza são mantidas pela barreira educacional, reforçando a hegemonia da minoria dominante.

Observa-se, ao longo do tempo, uma significativa demonstração de fragilidade na gestão humanitária do município, onde o amparo social e a compaixão para com a população são preteridos, apesar da existência de custeio público. Essa postura culmina, na prática, em um modelo de exclusão social e educacional que compromete o desenvolvimento integral dos munícipes.

No âmbito educacional, este modelo de gestão fere o direito fundamental dos estudantes, contrariando os princípios básicos da administração pública e do modelo democrático de direito. Constata-se que o "projeto de exclusão" é custeado, em parte, por verbas federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE tem a missão de prestar assistência técnica e financeira para garantir uma educação de qualidade.

A imagem 2 evidencia uma potencial falha ou omissão grave, no Portal da Transparência, do município de Melgaço, Pará, no que diz respeito à publicidade de documentos essenciais da gestão fiscal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pela Constituição Federal e regulamentada pela Lei Nº 4.320/64 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é o instrumento legal que define as metas e prioridades da administração pública, incluindo as regras para a elaboração do Orçamento Anual. Sua publicidade é uma exigência legal para garantir a transparência da gestão fiscal.

O demonstrativo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2017 (elaborada em 2016) está devidamente registrada no sistema de transparência, mas o documento legal correspondente está ausente.

Esta omissão representa uma grave violação dos princípios de publicidade e transparência da gestão fiscal, conforme previsto na Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF) e na Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). A indisponibilidade da LDO 2017 impede a conferência das diretrizes e metas fiscais que deveriam nortear a execução orçamentária daquele ano.

Figura 9: Portal da Transparência

Fonte: Portal da transparência- Prefeitura Melgaço. Acessado em 18 de out 2025

Seguindo esse raciocínio, observa-se que as Leis de Diretrizes Orçamentárias disponíveis no Portal da Transparência abrangem o período de 2016 a 2024. Contudo, onde estão as leis referentes aos anos anteriores? Esses questionamentos retóricos evidenciam, cada vez mais, a falta de comprometimento com as metas fiscais e com as diretrizes que deveriam constituir o alicerce da execução orçamentária. Essa descontinuidade pode ser um dos fatores que explicam o baixo índice de desenvolvimento e a ausência de mudanças significativas no cenário analisado.

Silva e Muzetti (2017, p. 240) afirmam que:

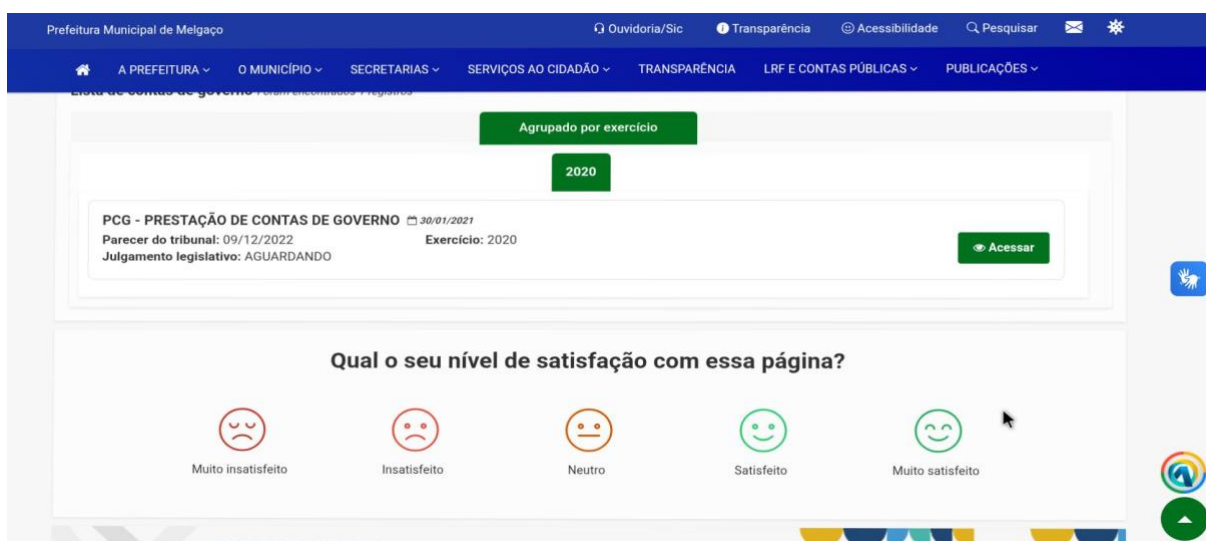
Em 2015, o Fundeb (Fundo Nacional da Educação Básica) determinou gasto anual por estudante de R\$ 2.545,31 (BRASIL, 2015, p. 11). Enquanto isso o CAQi (Custo Aluno-Qualidade inicial) – mecanismo criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação; traduz em valores quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano, em cada etapa e modalidade da educação básica pública, para garantir, ao menos, um padrão mínimo de qualidade do ensino recomendado – era de R\$ 5.499,02. (CAMPANHA..., 2015). Para agravar o quadro, no final de 2016 foi aprovada a PEC 55, que congelará gastos e, por tabela, investimentos do Governo Federal pelos próximos 20 anos, sem que se tenha feito qualquer ressalva quanto aos investimentos em educação.

Nesse sentido, Silva e Muzetti (2017) evidenciam que, no ano de 2015, o valor investido em educação por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) era significativamente inferior ao estipulado pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Esse dado levanta o questionamento de como foi e como está sendo aplicado o orçamento educacional previsto, e qual a sua correlação com os resultados obtidos?

A Lei Orçamentária do município de Melgaço, referente ao exercício de 2015, destinada ao ano de 2016, apresenta dados relevantes para a compreensão dos gastos municipais. Nas despesas por funções, observa-se que a educação recebeu a maior previsão orçamentária, totalizando R\$ 36.234.405,00. Esse dado é expressivo; contudo, ao consultar o Portal da Transparência da prefeitura, verifica-se a ausência de informações detalhadas sobre a destinação desses recursos, uma vez que, na aba de Prestação de Contas do Governo, consta apenas um documento referente ao ano de 2020.

Figura 10: Portal da Transparência, Prestação de contas do governo



Fonte: Portal da transparência- Prefeitura Melgaço. Acessado em 18 de out 2025

Nessa situação, é possível afirmar que Melgaço está inserido em um contexto de exclusão social acentuada. Isso ocorre devido à dificuldade de seus administradores de compreender a real dimensão desse fenômeno de exclusão, o qual claramente fere a Lei de Acesso à Informação (LAI) — Lei Nº 12.527/2011.

O Art. 6º, Inciso II, da LAI, determina que cabe aos órgãos públicos assegurar a "gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação". Diante da persistência do déficit de alfabetização/iletrismo no município,

fica evidente que essa falta de acesso e compreensão da informação por parte da população é um fator que pode levar à ruptura e ineficácia das políticas públicas implementadas.

No mesmo contexto, Peter Drucker (1998, s.p) define o planejamento estratégico como:

um processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução destas decisões e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas.

A ausência de um planejamento estratégico robusto somada à ruptura já mencionada (crise educacional e opacidade) eleva o risco na organização administrativa e potencializa a ineficácia das políticas públicas. Drucker é pertinente ao sublinhar que a "retroalimentação organizada e sistemática" é crucial para medir os resultados em confronto com as expectativas.

Peter Drucker (1998) deixa claro que o planejamento é imprescindível à administração ao permitir não apenas a gestão de riscos, mas também a capacidade de remediar o futuro e traçar saídas para uma crise. Destaca-se, como visto neste tópico, que a situação de Melgaço transcende o conceito de crise, pois esta pressupõe algo temporário. O cenário observado no município é, na verdade, um problema crônico e estrutural de má gestão.

Configurou-se, assim, um processo continuado de exclusão ou de falta de uma administração efetivamente voltada ao interesse público, como sugere Nicolau Maquiavel. O pensador florentino já destacava que a melhor fortaleza de um governante é não ser odiado pelo povo, o que pressupõe uma gestão que atenda às suas necessidades básicas.

Portanto, a dificuldade em seguir o básico do planejamento administrativo não é apenas um erro, mas o reflexo de uma ausência de virtude cívica na gestão que, ao se perpetuar, transforma a ineficiência em um estado permanente, com graves consequências para a população.

A incoerência se agrava ao observarmos que o Portal da Transparência da prefeitura apresenta uma aba destinada ao planejamento, mas não contém documentos. Esse impasse levanta questões cruciais: o documento existe? Ele

existiu? Foi sequer implementado? Novamente, a gestão falha em responder a questões básicas de governança.

Figura 11: Planejamento Estratégico

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' website for the Municipality of Melgaço. The page is titled 'PÚBLICAÇÕES PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE?'. Below the title, there is a search bar with the text 'Início / plano estratégico institucional ou instrumento equivalente?'. The search options section includes fields for 'Período', 'Número', and 'Descrição', along with a 'Secretaria' dropdown menu. There are buttons for 'Pesquisar' (Search) and 'Limpar' (Clear), and a link for 'Opções para exportação' (Export options). The search results section shows 'PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE? Foram encontrados 0 registros' and 'Não existem registros até o momento.' The page also features a top navigation bar with links for 'Ouvidoria/Sic', 'Transparência', 'Acessibilidade', 'Pesquisar', and 'Publicações'. A sidebar on the right contains icons for accessibility and a search function.

Fonte: Portal da Transparência - Prefeitura Melgaço. Acessado em 18 de out. 2025.

Possivelmente, a população de Melgaço enfrenta uma quebra de expectativa em relação à realidade, justamente pela carência de planejamento e pela aparente negligência dos últimos governos em travar essas inconsistências. Afinal, a administração deve seguir princípios básicos para garantir um bom desempenho.

Embora o município não apresente um plano estratégico que busque a maximização dos resultados, a eficiência e a consideração da Análise *SWOT*, ferramenta crucial para um município como Melgaço, apresenta, pelo menos, o Plano Plurianual (PPA), voltado para as políticas públicas e o orçamento.

A matriz de Análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) fundamenta-se em uma base de dados construída a partir de um levantamento documental. Essa base compreendeu dados extraídos de documentários, notícias, registros do Portal da Transparência, bem como o conteúdo do Relatório Específico sobre a situação de Melgaço.

A partir da compreensão dos princípios básicos e da conceituação de um plano estratégico, proceder-se-á à análise *SWOT* da educação municipal no período

de análise proposto, contemplando suas Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FOFA)

2.8 Análise SWOT

2.8.1 Forças (Strengths)

Representam as vantagens e competências internas existentes no sistema de ensino:

Apoio de Programas Federais de Educação Básica: O município é beneficiado por políticas públicas federais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) essenciais para a sustentação das escolas e o acesso dos estudantes da zona rural.

- Comprometimento de Profissionais da Educação: Constata-se o engajamento de uma parcela de professores e gestores locais na busca pela melhoria da qualidade do ensino, mesmo diante das limitações estruturais.
- Potencial de Articulação Comunitária: A identidade cultural consolidada e o senso de coletividade das comunidades ribeirinhas constituem um potencial significativo para o fomento da participação popular em projetos de natureza educacional.
- Avanços Pontuais na Alfabetização: Iniciativas locais isoladas implementadas nos últimos anos demonstraram resultados satisfatórios nas etapas iniciais de alfabetização.

2.8.2 Fraquezas (Weaknesses)

São os pontos internos deficientes que prejudicam o desempenho educacional:

- Elevados Índices de Analfabetismo: O município, no período de 2010 a 2023, registrou consistentemente altas taxas de analfabetismo no contexto nacional,

indicando uma falha na eficácia das políticas públicas locais.

- **Infraestrutura Escolar Deficitária:** A carência de estruturas físicas adequadas, a escassez de materiais didáticos e a irregularidade do transporte escolar comprometem severamente o processo de ensino-aprendizagem.
- **Gestão Pública com Baixo Nível Estratégico:** Observa-se a ausência de um planejamento educacional de longo prazo, deficiências no monitoramento de metas e uma dependência excessiva dos repasses financeiros federais.
- **Alta Rotatividade Docente:** A baixa permanência de professores nas áreas rurais e ribeirinhas é resultado direto das dificuldades logísticas de acesso e das condições de trabalho oferecidas.
- **Déficit de Formação Continuada:** A falta de políticas sistemáticas de capacitação dificulta o aperfeiçoamento pedagógico dos docentes e a adoção de metodologias inovadoras.

2.8.3 Oportunidades (Opportunities)

São tendências ou situações externas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do sistema:

Acesso a Programas de Formação e Financiamento: Existe a possibilidade de adesão a políticas públicas federais recentes, tais como o Plano de Desenvolvimento da Educação Interativo (PDE Interativo), o Programa Escola em Tempo Integral e as iniciativas do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) Educação.

Parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES): O estabelecimento de vínculos com o Instituto Federal do Pará (IFPA), o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e universidades públicas federais e estaduais pode contribuir significativamente para a qualificação de quadros docentes e gestores.

- **Expansão da Educação Inclusiva e Digital:** O avanço das tecnologias educacionais e a possibilidade do ensino remoto representam um potencial para a redução das desigualdades regionais e a promoção da inclusão.
- **Projetos de Desenvolvimento Sustentável:** Iniciativas de cunho ambiental e comunitário podem ser integradas ao currículo escolar, articulando educação, geração de renda e exercício da cidadania.
- **Exigência Social por Transparência:** A crescente demanda da sociedade

por maior eficiência e transparência administrativa pode servir como um fator de pressão para a implementação de melhorias na gestão pública da educação.

2.8.4 Ameaças (Threats)

São fatores externos que representam riscos à estabilidade ou ao desenvolvimento do sistema educacional:

- **Persistência da Desigualdade Social:** A pobreza estrutural representa uma barreira à permanência dos estudantes na escola e restringe o acesso aos recursos educacionais complementares.
- **Descontinuidade Administrativa:** A frequente mudança de gestores e a concentração política em determinados grupos familiares comprometem a manutenção e a eficácia de políticas educacionais de longo prazo.
- **Evasão e Desmotivação Juvenil:** Um número significativo de jovens abandona o ambiente escolar precocemente em busca de inserção imediata no mercado de trabalho informal, agravando o ciclo de exclusão social.
- **Instabilidade de Recursos Externos:** A dependência e a possível volatilidade dos repasses federais e estaduais ameaçam a regularidade na execução dos programas e o planejamento financeiro da educação municipal.
- **Vulnerabilidade Geográfica e Logística:** O isolamento geográfico e as dificuldades inerentes ao transporte fluvial dificultam tanto o acompanhamento pedagógico sistemático quanto a fiscalização das unidades escolares.

A presente pesquisa fundamenta-se em três categorias analíticas centrais: exclusão estrutural, reprodução das desigualdades sociais e ineficiência da gestão pública. A primeira categoria, baseada nas contribuições de Darcy Ribeiro e Silva & Muzetti (2017), compreende a educação não apenas como espaço de crise pontual, mas como possível mecanismo sistemático de marginalização social. Complementarmente, a noção de reprodução das desigualdades sociais fundamenta-se em Pierre Bourdieu (1992), especialmente no conceito de capital cultural, segundo o qual o sistema educacional tende a reproduzir assimetrias

sociais ao tratar de forma homogênea indivíduos que partem de condições estruturais distintas.

Por fim, a categoria de ineficiência da gestão pública apoia-se nas contribuições de Ricardo de Oliveira (2012) e Peter Drucker (1998), que enfatizam a importância do planejamento estratégico, da transparência administrativa e da responsabilidade fiscal como elementos estruturantes para a efetividade das políticas públicas.

Essas categorias não apenas orientam a análise dos dados documentais e estatísticos, como também permitem compreender o analfabetismo em Melgaço como um fenômeno multifacetado, resultado de fatores estruturais, políticos e administrativos interdependentes.

Em síntese, o diagnóstico das ameaças externas revela que o cenário educacional de Melgaço é tensionado pela confluência entre isolamento geográfico e a precariedade socioeconômica. Sob a ótica das categorias supracitadas, observa-se que a exclusão estrutural é alimentada pela dificuldade logística, enquanto a reprodução das desigualdades é agravada pela evasão juvenil e pela pobreza. Paralelamente, a ineficiência da gestão pública manifesta-se na descontinuidade administrativa e na dependência financeira, fatores que fragilizam o planejamento e comprometem o futuro educacional do município. Portanto, a superação desses índices exige que as políticas públicas transcendam as ações paliativas e se tornem mecanismos efetivos de enfrentamento às barreiras locais, permitindo que a gestão pública atue, de fato, como agente transformador da realidade marajoara.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, apresenta-se os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa.

3.1 Procedimentos e Fonte de Dados

O presente trabalho adota a pesquisa documental como procedimento metodológico principal, enquadrando-se no campo da abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa se desenvolve-se com base em fontes diversas, conforme afirmado por Fonseca (2002), que assegura que “a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos

científicos localizados em bibliotecas” (p. 37).

Gil (2007) complementa que a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (p. 45). Essa abordagem possibilita ao pesquisador a reconstrução de eventos e a análise de discursos e práticas sociais, a fim de compreender fenômenos complexos, sem a necessidade de contato direto com os sujeitos.

Nessa perspectiva, Minayo (2015) aponta que a pesquisa documental não é apenas uma técnica, mas um elemento essencial da pesquisa qualitativa, pois permite apreender a realidade social a partir de um universo de significados, crenças e atitudes. Os documentos, sejam eles escritos, visuais ou audiovisuais, são considerados fontes primárias e ricas, capazes de revelar aspectos históricos, sociais, culturais e políticos. A análise desses materiais, no entanto, vai além da simples extração de informações, exigindo do pesquisador uma postura crítica e interpretativa que considere o contexto de produção, a intencionalidade e as relações de poder envolvidas para construir novos conhecimentos.

Com base no referencial teórico e documental anteriormente exposto, a investigação concentrou-se na análise de dados de fontes primárias e secundárias, visando identificar padrões e significados relacionados à crise educacional no município de Melgaço entre os anos de 2010 e 2022.

A pesquisa baseou-se especificamente na análise documental dos seguintes instrumentos e indicadores: a) Portal da Transparência da Prefeitura de Melgaço: Acesso a dados de execução orçamentária, Legislação Orçamentária Municipal; b) Legislação Orçamentária Municipal: Análise do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), buscando o planejamento e a destinação de recursos para a Educação; c) Indicadores Educacionais Oficiais: Coleta e interpretação dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); d) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Utilização dos dados para contextualizar a vulnerabilidade socioeconômica do município; e) Mídia Documental e Reportagens: Análise de conteúdo de materiais veiculados por grandes mídias, incluindo Documentários (BBC News, Assembleia de Deus) e Reportagens (Record TV), utilizados como fonte de evidências qualitativas e contextuais sobre a realidade local.

Essa abordagem metodológica permitiu o cruzamento de dados quantitativos

e qualitativa para uma compreensão abrangente da coexistência entre a ineficiência administrativa e a persistência do analfabetismo na região.

A análise considerou o marco regulatório vigente, como a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), sob a ótica crítica de autores como Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Demerval Saviani e Anísio Teixeira.

O método de triangulação permitiu a comparação de dados de diferentes instituições e autores que compartilham reflexões sobre a educação, ampliando a interpretação dos resultados. A confiabilidade é assegurada pela possibilidade de reprodução da análise, utilizando princípios da estatística descritiva. Quanto aos aspectos éticos, o estudo não envolverá coleta de dados pessoais ou entrevistas, limitando-se ao uso de dados secundários e públicos.

A análise seguiu os princípios da estatística descritiva, identificando padrões em indicadores como investimentos públicos em educação, índices de escolaridade, taxas de evasão escolar e condições de infraestrutura das escolas. O tratamento dos dados documentais será realizado por meio de análise de conteúdo, buscando identificar as categorias mais relevantes para compreender a atuação da gestão pública diante da crise educacional local.

Assim, oferece-se um panorama consistente da crise educacional em Melgaço, possibilitando uma reflexão crítica sobre os desafios e as políticas públicas implementadas entre 2010 e 2022.

3.2 Análise de Dados e Limitações

O tratamento dos dados documentais foi realizado por meio de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Esta técnica metodológica foi conduzida em três etapas fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Inicialmente, a etapa de pré-análise concentrou-se no levantamento bibliográfico e na leitura flutuante de fontes relevantes sobre o município de Melgaço, com o objetivo principal de delimitar os elementos contextuais favoráveis à realização da pesquisa. O foco desta fase foi estabelecer o corpus documental e o referencial teórico.

A confiabilidade do estudo é assegurada pela transparência das fontes e pela

utilização de princípios da estatística descritiva para a organização dos indicadores de investimento e escolaridade. Quanto aos aspectos éticos, o estudo limitou-se ao uso de dados secundários e públicos, não sendo realizadas entrevistas ou coleta de dados pessoais.

A pesquisa apresenta limitações inerentes ao uso exclusivo de dados secundários. A opacidade (dificuldade) em determinados períodos do Portal da Transparência municipal restringiu a análise detalhada de determinadas execuções orçamentárias. Além disso, a defasagem temporal dos dados censitários impõe limites à atualização de indicadores sociais recentes. Tais limitações, contudo, não comprometem a consistência da investigação, mas reforçam a necessidade de maior transparência pública.

Por fim, a partir da aplicação da técnica de triangulação de dados, o estudo delimitou as seguintes categorias analíticas: i) Gestão Pública e Transparência, abrangendo a execução orçamentária; ii) Analfabetismo e Defasagem Educacional, agrupando índices de IDEB e evasão; e iii) Exclusão Social e Vulnerabilidade, que correlaciona a geografia e a economia local aos direitos fundamentais a Educação. A emergência dessas categorias permitiu confrontar a realidade empírica com as obrigações constitucionais, garantindo o rigor científico das conclusões apresentadas.

4 ANALISE E RESULTADOS

Com base no cenário exposto, é possível concluir que o município de Melgaço manifesta um persistente projeto de exclusão social. O abandono da população revela-se de forma clara e recorrente através dos baixos índices sociais e das falhas administrativas. Embora os direitos previstos em lei existam, a sua não efetivação gera um quadro de profunda insegurança para o cidadão melgacense.

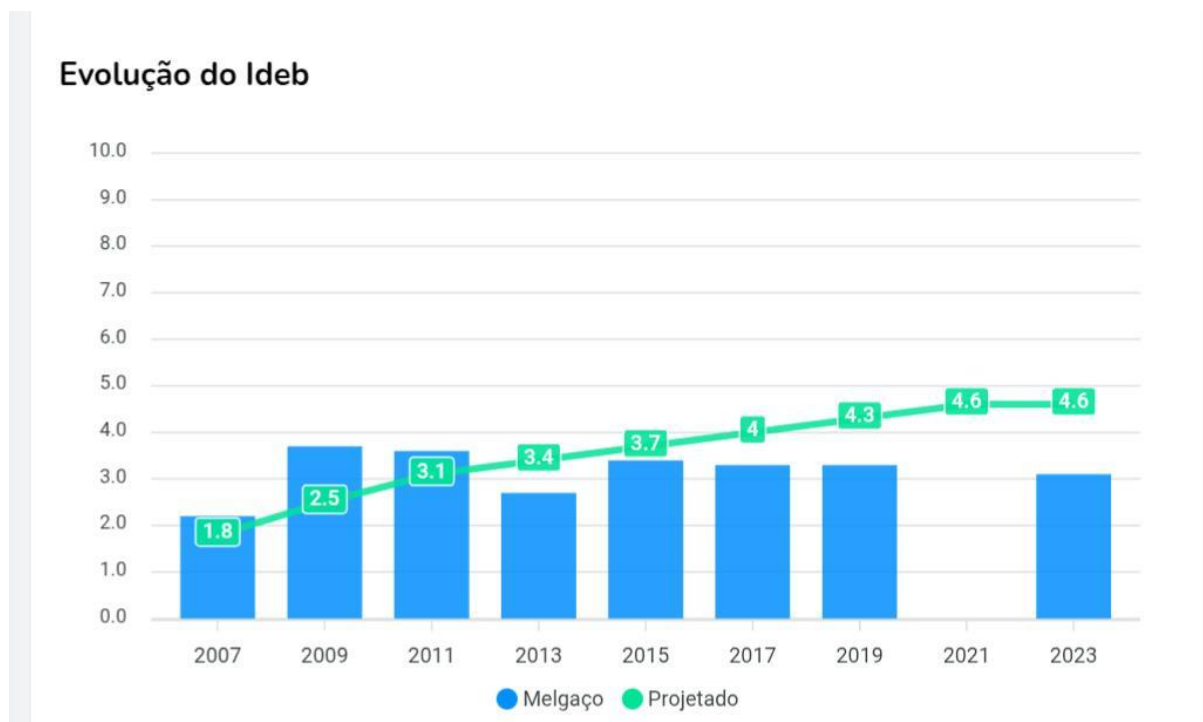
A violência e a recorrência da ausência da gestão pública levantam um questionamento fundamental sobre a distinção entre governança e gestão. Enquanto a governança a governança compreende a direção estratégica, exige o cumprimento de regras e o estabelecimento de políticas para garantir a legitimidade, a gestão foca no planejamento e na execução técnico-operacional. Em Melgaço, a incerteza da governança é evidente: ainda que existam tentativas de gestão – ou seja, de

planejamento e execução de ações –, estas demonstram-se insuficientes para sanar a carência de direitos fundamentais e a proteção à vida.

Este cenário de dependência externa é ilustrada pela escolha de Melgaço, em 2015, como um dos polos do Pacto pela Educação do Pará. Na assinatura do Pacto, o governador em exercício proferiu uma declaração que reflete a perspectiva adotada na época: "Fico feliz com essa iniciativa de empresários em melhorar um município que tem dificuldades históricas. Temos certeza que o Pacto vai melhorar todos os índices de Melgaço. Acreditamos que a missão de educar é de toda a sociedade e esse é mais um exemplo que quebra o paradigma de que a educação é uma responsabilidade somente do Governo. Melgaço tem tudo para ser um bom exemplo."

Na ocasião, o discurso oficial (conforme declaração do governador a época) sugeria que a educação deveria ser uma missão dividida com o setor empresarial, o que quebra o paradigma da responsabilidade estatal exclusiva. Contudo, os dados sugerem que esta "terceirização" da responsabilidade não alterou as base estruturais do município.

Figura 12 - Evolução do IDEB



Fonte: QEdU. Acessado em 16 nov. 2025

A análise da figura 12 demonstra que Melgaço, apesar de ser o município

com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, apresenta uma progressão no índice, ainda que esta seja insuficiente para alcançar a média nacional.

Essa evolução, observada mesmo em meio a graves déficits estruturais e de gestão, levanta questionamentos e discussão sobre o futuro do município. Se Melgaço consegue registrar tal progressão mesmo diante dos aspectos que o posicionam na base do ranking nacional, emerge uma reflexão necessária: qual seria o índice de desenvolvimento alcançado caso o município contasse com uma gestão pautada pelo comprometimento ético e pela responsabilidade social?

Messe sentido, a projeção sugere que o potencial de desenvolvimento de Melgaço é significativamente superior ao que foi realizado. Tal cenário conduz à indagar: Quais fatores determinam a estrutura do analfabetismo em Melgaço e como as políticas públicas implementadas entre 2010 e 2022 falharam em mitigar a crise educacional evidenciada pelos indicadores de analfabetismo?

Os fatores cruciais para o baixo desenvolvimento em Melgaço residem na ausência de provimento dos serviços básicos. Quando o básico é garantido, estabelece-se o alicerce necessário para a consecução de objetivos grandiosos.

É importante que desenvolva um plano estratégico focado em melhorar a qualidade de vida da população e aumentar a arrecadação de receitas. Contudo, o sucesso de qualquer plano depende essencialmente de a gestão municipal assumir suas responsabilidades e não as terceirizar.

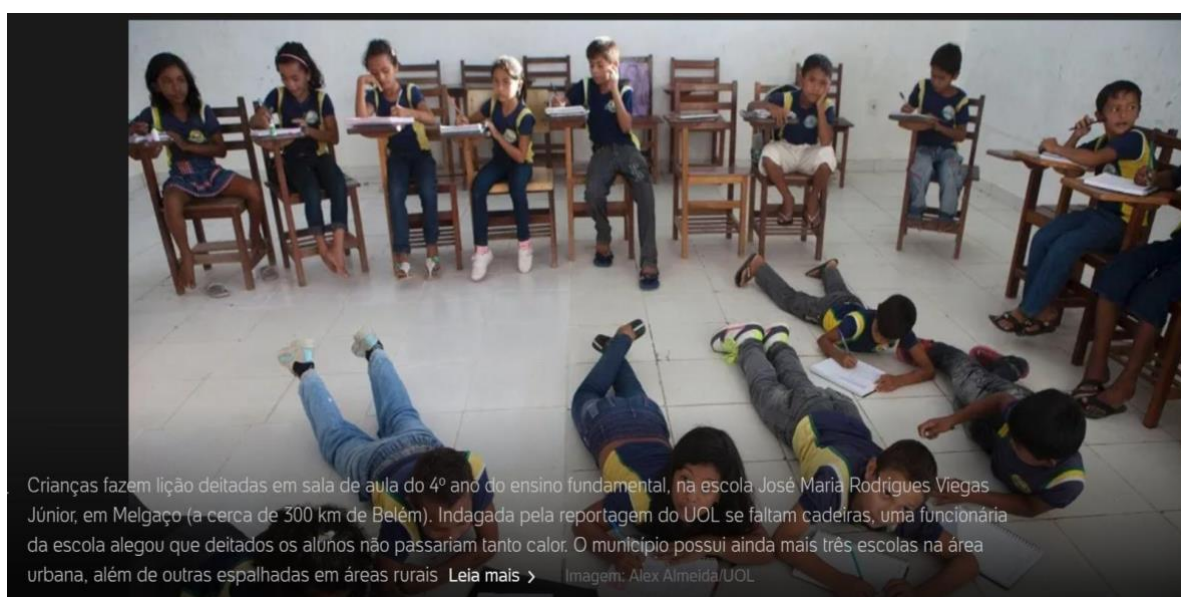
A região já se beneficia significativamente do apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), que complementam a lacuna deixada pelo Estado. A crítica se intensifica ao se considerar a proposta de terceirizar responsabilidades essenciais para empresários, pois isso representa um desvio do dever público. A delegação de responsabilidades primárias do Estado à iniciativa privada, embora possa gerar receita, é inadequada e insustentável a longo prazo, e tende a perpetuar a exclusão social, em vez de solucioná-la através da eficácia da gestão pública.

Contudo, a educação é um direito básico e inalienável, constitucionalmente garantido, cuja oferta e provimento são responsabilidade primária do Estado, não dependendo de iniciativas empresariais. Embora o apoio da iniciativa privada possa contribuir significativamente para a geração de receita e melhorias pontuais, a terceirização dessa responsabilidade governamental abre um debate que tangencia o infringimento das leis de responsabilidade fiscal e fragiliza o compromisso público.

A realidade demonstra que o município não apresentou melhorias estruturais significativas com tais investimentos, reforçando a crítica de que a delegação da responsabilidade estatal não resolve os problemas de fundo do município.

Ao longo deste trabalho, foram consultados diversos autores que historicamente defenderam a educação. Anísio Teixeira, em seu período, abordou e suscitou o debate sobre o “projeto de exclusão”, permitindo afirmar a existência deste fenômeno.

Figura 13 - Alunos em escola Melgaço



Fonte: Alex Almeida- Uol

A análise da imagem em questão é autoexplicativa, evidenciando uma realidade de extrema privação cuja gravidade dispensa explicações adicionais.

O cenário é alarmante e revela que a população de Melgaço está profundamente inserida nesta condição de vulnerabilidade a ponto de apresentar uma dificuldade estrutural em reivindicar seus direitos básicos. Essa passividade (ou exaustão) a torna refém de um poder administrativo que, na maior parte das vezes, demonstra-se incapaz de colaborar efetivamente com a ascensão socioeconômica do município.

Essa dinâmica de sobrevivência em condições adversas pode ser interpretada à luz da citação de Freud: "Somos feitos de carne, mas temos que viver como se fôssemos de ferro." (Freud, 2002, p. 249). A situação da população

demonstra, de forma inequívoca, uma resiliência compulsória, na qual a fragilidade humana (a "carne") é forçada a suportar uma carga social e econômica ("o ferro") que exige uma resistência incompatível com os direitos básicos de cidadania.

Um município demanda um planejamento estratégico eficaz e profissionais qualificados para a liderança. A estrutura social em Melgaço é notoriamente marcada por uma sequência de dificuldades que incluem dor, fome e déficit educacional. A população, conseqüentemente, é a mais afetada por essa ineficiência administrativa.

Neste sentido, ao longo da última década, o município foi severamente afetado pela ineficiência de suas gestões. Foram períodos marcados por diversos escândalos e descumprimentos legais, conforme citado anteriormente. O aspecto mais intrigante reside na persistência deste cenário de precariedade.

Tecnicamente, observa-se a negação da maioria dos direitos que deveriam ser garantidos aos cidadãos. Isso culmina em uma violência silenciosa, na qual crianças e adolescentes são levados a crer que a busca por sustento ocorre fora do ambiente escolar, normalizando a comercialização da própria dignidade em troca de alimentação.

Infere-se, de forma frustrante, que esta análise não apenas constata a ineficiência da gestão pública, mas também expõe uma falha estrutural da sociedade em garantir condições básicas de vida e desenvolvimento para seus membros.

Neste contexto, infere-se que a educação se configura, efetivamente, como um projeto de exclusão que se perpetua por anos, aparentemente desprovido de pretensão de descontinuação. Essa manutenção beneficia grupos que não almejam a melhoria da gestão e que temem a instauração de um governo pautado pela qualidade, necessitando que o cidadão permaneça em situação de opressão.

A preferência demonstra-se clara: que haja a restrição do acesso ao estudo e a formação limitada da consciência crítica, visto que cidadãos conscientes podem representar um risco social em grande escala para a manutenção do *status quo*. Assim, a inviabilidade do pensamento crítico é estrategicamente favorecida pela estrutura do sistema.

A presente pesquisa evidencia a lacuna de dados e a inconformidade dos fatos expostos com os preceitos fundamentais da Administração Pública. Tais inconsistências ferem, sobretudo, o Princípio da Transparência (Lei de Acesso à Informação, 12.527/2011), o qual tem por finalidade mitigar incertezas em um sistema que possui a obrigatoriedade legal de pautar-se pela retidão e correção.

Os resultados desta análise servem como referência não apenas para o Município de Melgaço, mas também para as demais municipalidades circunvizinhas. Uma gestão que sustenta a fidelidade ao interesse público e a não ocultação de informações demonstra maior capacidade de exercer um gerenciamento eficaz. Adicionalmente, o conhecimento integral das ações municipais permite aos cidadãos o exercício de uma fiscalização mais efetiva e uma participação mais próxima das decisões administrativas locais.

A análise comparativa, fundamentada na reportagem da BBC News sobre os municípios com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado e o mais baixo do país, constitui um objeto de pesquisa de alto valor heurístico. Essa abordagem comparativa permite uma visão ampliada da realidade social e administrativa de Melgaço, expondo as disparidades estruturais e a urgência de intervenção. Nesse contexto, a ausência de documentos e dados públicos oficiais necessários para a plena explanação e aprofundamento desta análise torna-se, paradoxalmente, um elemento central da investigação. Essa lacuna documental é um indicativo concreto da inobservância ao Princípio da Transparência e da dificuldade de fiscalização por parte da sociedade civil.

Ademais, a pesquisa se fundamenta no Relatório Técnico Específico de Melgaço, considerado um documento de alta relevância para a sustentação das informações aqui apresentadas. A análise dos pontos fortes e fracos descritos nesse relatório evidencia a falta de alinhamento estratégico e de compreensão por parte da gestão pública municipal. A carência de uma perspectiva humanizada por parte dos governantes em relação à sua população contribui para a propagação das mazelas sociais, tornando cada vez mais frequentes as práticas abusivas e as diversas manifestações de violência e negligência dentro do município.

Os diversos insumos coletados ao longo do desenvolvimento deste trabalho incluindo documentários, filmes, reportagens jornalísticas e documentos oficiais e não oficiais convergem para o mesmo questionamento estrutural: Onde se localiza a gestão pública no contexto das necessidades sociais? A reiteração dessas questões reflete a perplexidade social diante da administração municipal. Não se trata apenas de questionar como, quando ou onde a sociedade falhou, mas sim de direcionar a responsabilidade para a gestão que legalmente detém o dever de agir e prestar contas à população.

Um dos principais desafios na área da educação de Melgaço envolve questões políticas do município. Não há presença nem apoio da gestão pública, de modo que questões simples de resolver vão se acumulando e, consequentemente, se tornam um problema muito maior. Assim, os atores escolares sentem falta de líderes políticos e educacionais que auxiliem na resolução dos problemas enfrentados na educação. Um dos problemas é a ausência do secretário de educação no município. Segundo relatos, ele não mora em Melgaço (inclusive, não foi entrevistado na pesquisa por dificuldade de contato com ele) e, portanto, não consegue acompanhar a realidade do município (Relatório Técnico de Melgaço, 2022 p, 28).

A ausência de articulação entre a gestão municipal e os programas federais de inclusão educacional levanta questionamentos pertinentes sobre o direcionamento e as prioridades da administração pública em Melgaço. É crucial frisar a existência de diversas iniciativas do Governo Federal (tais como Programa Livro Didático, PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Dinheiro Direto na Escola) que visam a ampliação da inclusão e da equidade educacional.

Contudo, a efetivação desses programas exige um corpo técnico capacitado e direcionado para as fases de planejamento, execução e fiscalização. Diante da ineficácia demonstrada, pode-se inferir que a situação de Melgaço não somente se configura meramente como um projeto de exclusão social, mas sim como um município marcado pelo abandono administrativo.

A negligência por parte da gestão e dos servidores públicos coloca a população em uma situação de vulnerabilidade complexa. A desestruturação dos serviços básicos é tamanha que a segurança pública, por exemplo, paradoxalmente, gera insegurança. No campo educacional, em vez de promover o desenvolvimento de seres humanos com capacidade e esperança de evolução, o sistema falho reforça a dependência dos saberes ancestrais e do conhecimento empírico, em detrimento do avanço na área educativa.

Essa falha na garantia dos direitos fundamentais e o ciclo de exclusão que se perpetua promovem, única e exclusivamente, a violação dos direitos humanos, criando cenários propícios ao aumento da violência e à perpetuação da tristeza e da desesperança no cotidiano dos munícipes. A responsabilidade por esta situação recai sobre a falta de compromisso ético e legal com o desenvolvimento integral da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início desta pesquisa foi marcado pela expectativa de que um município com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tão reduzido pudesse apresentar um campo de estudo rico em aprendizados. Não obstante, o desenvolvimento da investigação revelou um cenário de profunda gravidade, suscitando consternação e crítica em relação à situação encontrada.

Espera-se que este estudo contribua para que, ao longo do tempo, haja uma elevação na disponibilidade e transparência das informações sobre o município de Melgaço e a Ilha do Marajó, fomentando, assim, uma maior consciência nacional sobre as mazelas sociais do país.

A limitação central deste estudo reside na escassez de dados históricos e na ineficácia dos canais oficiais de transparência. A dificuldade em obter informações junto ao Portal da Transparência municipal evidencia uma violação à Lei de Acesso à Informação (LAI) e ao Princípio da Publicidade, visto que as solicitações enviadas ao referido portal não obtiveram retorno. Essa opacidade dificulta o controle social e a fiscalização por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, além de comprometer a profundidade do conhecimento integral da história local.

Sob essa ótica, o material empírico que sustenta este trabalho provém majoritariamente do interesse da mídia em reportar a realidade da Ilha do Marajó. No entanto, mesmo neste contexto, a obtenção de informações específicas sobre Melgaço permanece um desafio significativo.

As entrevistas e reportagens veiculadas por grandes portais de comunicação (como BBC News e Record) fornecem um material de alta relevância que auxilia na compreensão da complexidade e dos fatores que levam o município a apresentar o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Contudo, a ausência de colaboração da gestão pública em cumprir leis de transparência básica e em disponibilizar o histórico municipal completo compromete a profundidade da análise, impedindo um conhecimento integral da história local.

Diante do exposto, é imperativo que o processo de auditoria, tanto em sua esfera interna quanto externa, demonstre maior rigor e firmeza na fiscalização. Tal rigor é essencial para promover a excelência na gestão dos recursos públicos destinados à educação.

Faz-se necessária uma cobrança efetiva e transparente no que concerne ao

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Adicionalmente, o Tribunal de Contas deve intensificar a exigência de informações detalhadas e comprobatórias por parte dos gestores municipais (prefeitos) sobre a aplicação do dinheiro público, incluindo a destinação específica das emendas parlamentares enviadas à prefeitura.

Vale ressaltar que o foco desta pesquisa concentrou-se, primariamente, na Prefeitura de Melgaço, o que resultou em uma limitação na análise dos dados provenientes da Câmara de Vereadores. A dificuldade de acesso à informação se estende ao órgão legislativo, no qual dados relativos ao ano de 2010 não foram localizados. A ausência de registros completos e acessíveis fomenta um estado de incerteza e desconfiança da população perante a administração municipal.

No que tange aos procedimentos adotados, o cruzamento de dados para o município revela-se extremamente complexo devido à escassez e à incompletude das informações. Essa situação cria um cenário no qual o pesquisador se vê em uma posição de limitação da análise acadêmica, comparável à busca por uma “agulha no palheiro”. Paralelamente, a falta de transparência e de informações completas demonstra uma situação de conformidade por parte do município em não buscar ativamente melhorias para o sistema educacional. Essa postura constitui uma infração direta às leis básicas da educação e aos direitos fundamentais do cidadão.

Em um contexto de escassez informacional e negligência administrativa, torna-se publicamente evidente o princípio de Paulo Freire (1981), articulado em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, na qual a aprendizagem e o conhecimento são construídos na interação e no diálogo entre os seres humanos. A ausência de transparência e diálogo impede esse processo, perpetuando o ciclo de dificuldades.

Do ponto de vista da investigação, o impacto das vulnerabilidades sobre o pesquisador é inerente, uma vez que a dor social das comunidades estudadas não se dissocia da análise. Melgaço é um município detentor de um significativo potencial, com uma região marcada por grande atrativo turístico e belezas naturais notáveis. Contudo, a presença da violência e a deficiência da educação nas escolas ofuscam esse potencial. Nesse contexto, a integridade de crianças e adolescentes é comprometida, sendo submetida a riscos como meio de prover o sustento familiar.

Os autores e as legislações citadas ao longo deste trabalho evidenciam que uma grande porcentagem dos direitos essenciais, que deveriam ser garantidos pelo Estado, tem sido sistematicamente negada. Levantam-se, assim, questionamentos

cruciais sobre o papel da Câmara Municipal, da prefeitura e do governo federal, bem como sobre as perspectivas para os próximos anos e a continuidade da exposição dessas populações a riscos constantes na busca por necessidades básicas.

A população local persiste em um contexto social marcado pela naturalização das violências abordadas, as quais são percebidas, por vezes, como um fator "normal", "comum" ou, até mesmo, cultural. Esta aceitação tácita é alarmante. Sendo assim, faz-se necessário que os órgãos de proteção e assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a Polícia Militar e a Polícia Civil, intensifiquem de forma urgente e estratégica suas ações na região e no município.

É inadmissível que crianças e a população em geral permaneçam expostas e submetidas a violências, muitas vezes agindo de forma inconsciente do próprio malefício, em um esforço desesperado pela mera sobrevivência. Por esta razão, constitui-se como um dever inalienável do Estado a rigorosa atenção e o cuidado com seus cidadãos, garantindo que a população seja tratada como indivíduos plenos, e não meramente como números estatísticos dentro do sistema.

Nesse contexto, o presente trabalho se estabelece como um incentivo fundamental para que a região promova a investigação aprofundada, a análise criteriosa e o planejamento estratégico necessários à melhoria das condições de vida em um município tão relevante para o arquipélago da Ilha do Marajó.

O município de Melgaço deve, prioritariamente, iniciar o cumprimento das legislações básicas, destacando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo objetivo é a transparência e o equilíbrio das contas públicas. A restrição de acesso às informações municipais agrava o quadro de opacidade.

Apesar de seu histórico cultural na Ilha do Marajó e das belezas evidenciadas em produções documentais citadas neste trabalho, Melgaço permanece como um local desejado para residência pela população local. A urgência, portanto, reside na necessidade de uma reestruturação e planejamento da gestão pública, exigindo que o Estado assuma a responsabilidade pela garantia de educação de qualidade, saúde e direitos básicos.

Nesse sentido, a capacitação adequada dos docentes, aliada à provisão dos recursos didáticos (eliminando a necessidade de custeio próprio), permitiria o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de excelência. Consequentemente, poder-se-ia esperar que as crianças crescessem de modo saudável e com menor incidência de intercorrências.

Adicionalmente, é preciso ressaltar que os casos de violência não se restringem ao ambiente externo, mas ocorrem também no contexto familiar. A conscientização em sala de aula, inclusive sobre temas como o corpo humano, demonstra-se uma necessidade inevitável. Somente por meio de uma educação abrangente, o cidadão poderá, de fato, exercer sua plena capacidade de participação social e dignidade.

A partir da análise integrada dos fatores internos (dados educacionais, índices de analfabetismo e baixo grau de instrução) e externos (a ineficácia na captação de informações), conclui-se que o Município de Melgaço se encontra à mercê da carência de gestão pública. Por conseguinte, torna-se urgente a redefinição das prioridades administrativas, com o foco imediato na melhoria da qualidade de vida dos moradores.

A descontinuidade administrativa e a dependência financeira do Governo Federal constituem barreiras críticas: sem um planejamento que transcenda mandatos eleitorais, o município permanece em estado de “gestão de crise” permanente, no qual a educação assume caráter assistencialista em vez de atuar como motor de transformação sociopolítica.

Para a reversão deste cenário, propõem-se as seguintes diretrizes: a) instituição de um Plano de Estado Continuado: criação de uma política educacional imune às alternâncias de governo, para assegurar a continuidade de projetos pedagógicos; b) Profissionalização do Corpo Técnico: capacitação técnica de gestores e docentes, provimento de cargos via concurso público, reduzindo indicações políticas, de modo a assegurar o princípio da continuidade; c) Logística educacional adaptada: implantação de transporte escolar e supervisão pedagógica desenhada para a geografia fluvial, com o objetivo de reduzir o absenteísmo (ausência frequente) de alunos e professores em áreas de difícil acesso; d) Transparência e Governança: cumprimento rigoroso da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e aplicação transparente dos recursos do FUNDEB, e otimização da arrecadação própria.

Essa intervenção não visa apenas à correção das discrepâncias internas, mas também ao reposicionamento do município para que possa se destacar positivamente em comparações regionais e nacionais. Para tal, é fundamental que a gestão demonstre um compromisso inegociável com os princípios éticos e o interesse público, pautando todas as suas ações pelo bom senso e pela moralidade

administrativa, elementos essenciais para reverter o atual cenário de exclusão e vulnerabilidade social.

Complementarmente, a análise dos indicadores educacionais e dos documentos institucionais permite concluir que o analfabetismo em Melgaço não pode ser interpretado como um fenômeno isolado ou conjuntural. Trata-se de um problema estrutural, intrinsecamente associado à vulnerabilidade social persistente e à fragilidade do planejamento administrativo.

A ausência de transparência fiscal consistente, a descontinuidade administrativa e a limitação do planejamento estratégico educacional evidenciam que a gestão pública municipal apresenta déficits que impactam diretamente a efetividade das políticas educacionais.

Verifica-se que, embora haja progressões pontuais nos índices educacionais, estas se mostram insuficientes diante da magnitude da exclusão social observada. A superação do analfabetismo em contextos de extrema vulnerabilidade depende não apenas de recursos financeiros, mas de uma governança qualificada, de um planejamento estruturado e de um compromisso institucional contínuo.

Este trabalho contribui para o campo da Gestão Pública ao oferecer um olhar sociocrítico sobre municípios que ocupam a base dos rankings nacionais, demonstrando que a análise puramente estatística é insuficiente sem a compreensão das dinâmicas locais de poder e geografia. A pesquisa rompe com a visão simplista do “atraso” e propõe uma leitura de “exclusão produzida”.

Como sugestão para investigações futuras, recomenda-se a realização de estudos etnográficos com as populações ribeirinhas de Melgaço para compreender o impacto subjetivo da evasão escolar. Além disso, propõe-se a análise comparativa entre Melgaço e municípios marajoaras que apresentam saltos qualitativos no IDEB no mesmo período, a fim de identificar boas práticas de gestão que possam ser replicadas na região.

Em última análise, a realidade de Melgaço demonstra que o desenvolvimento educacional exige uma sólida articulação entre Estado, sociedade e gestão responsável, sob pena de perpetuação das desigualdades históricas que negligenciam o direito fundamental à educação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Melgaço é o 18º município polo do Pacto pela Educação no Pará. Agência Pará, 2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/10218/melgaco-e-o-18-municipio-polo-do-pacto-pela-educacao-no-para>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ASSEMBLEIA DE DEUS. Documentário Missão Humanitária – Melgaço. YouTube, 6 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Z0ahHyzYfX4?si=Ylr8GFeV6PWMFJ-V>. Acesso em: 2 ago. 2025.

ANÍSIO TEIXEIRA. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Documentário BBC | O abismo que separa as duas cidades com menor e maior IDH do Brasil. BBC, 15 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Inep, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, seções 1 e 2, ed. extra, 26 jun. 2014. Disponível em: site do Plano Nacional de Educação. Acesso em: 9 jul. 2025. <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-planonacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Diagnóstico das condições de educação, saúde e violência na Ilha do Marajó e suas interfaces com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: município de Melgaço/PA. Relatório técnico, execução: Herkenhoff & Prates. Belo Horizonte, MG: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/sgdca-marajo/diagnosticos-municipais/melgaco>. Acesso em: 7 ago. 2025

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal. Diário Oficial da União: [S. I.], 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Transportes. A importância do acompanhamento do planejamento estratégico. Portal da Estratégia, [S. I.], 20 ago. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-importancia-do-acompanhamento-do-planejamento-estrategico>. Acesso em: 24 out. 2025.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares; série Clássicos das Ciências Sociais no Brasil, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO___Josu%C3%A9_de_-Geografia_da_Fome.pdf.

CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO. Disponível em: <https://www.melgaco.pa.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNDAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA. Visita guiada à biblioteca. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/Visita_Guiada/p5b11.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

DRUCKER, Peter Ferd. Introdução à Administração. 3ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1998. Glossário de planejamento e gestão de projetos. Tecnologia de Projetos. Disponível em: <https://tecnologiadeprojetos.wordpress.com/glossario/#e> Acesso em: 20 de out. 2025.

FICÇÃO contra o silêncio. Revista Piauí, [S. I.], 2025. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/ficcao-contra-o-silencio/>. Acesso em: 16 out. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Melgaço (PA). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/melgaco.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

MANAS. Direção: Marianna Brennand. Produção: Jean-Pierre & Luc Dardenne e Walter Salles. Belém: Brasil Filmes; Inquietude; Globo Filmes; Canal Brasil; Pródigo; Fado Filmes, 2025.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Brasília: Senado Federal, 2008. (Coleção Clássicos do Pensamento Político). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573552/001143485_O_principe.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Diagnóstico das condições de educação, saúde e violência na Ilha de Marajó e suas interfaces com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/sgdcamarajo/diagnosticos-municipais/melgaco>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Ricardo de. Gestão pública: democracia e eficiência: uma visão prática e política, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. E-book. ISBN 978-85-225-1139-6.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO. Contas de governo. Disponível em: <https://www.melgaco.pa.gov.br/contasdegoverno.php>. Acesso em: 18 out. 2025

O LIBERAL. Distâncias alargam e aprofundam a dificuldade de acesso a serviços básicos no Marajó. O Liberal, 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/distancias-alargam-e-aprofundam-a-dificuldade-de-acessoservicos-basicos-no-marajo-1.571347>. Acesso em: 19 nov. 2025.

QEDU. Melgaço – PA. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1504505-melgaco>. Acesso em: 2 maio 2025.

RECORD TV. Crianças são abusadas por donos de balsa em troca de comida e gasolina | Repórter Record Investigação. YouTube, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iPuQ8e3ZBo8>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Marcio José; MUZZETI, Luci Regina. Educação brasileira: projeto de uma crise. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 223-243, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v8n2p223-243> . Acesso em: 21 set. 2025.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

TEIXEIRA, Anísio. Autonomia para educação na Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.11, n.29, jul./ago. 1947. p.89-104.

VILLAMARÍN, Alberto J. G. Citações da cultura universal. Porto Alegre: Editora AGE Ltda, 2002.